



Faculdade de Engenharia e Ciências - Campus de Rosana



VITOR BARBATO HONORATO

O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU:
PERSPECTIVAS SOBRE AS ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE
USO PÚBLICO UTILIZADOS PELO ICMBIO

Rosana

2022

VITOR BARBATO HONORATO

O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU:
PERSPECTIVAS SOBRE AS ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE
USO PÚBLICO UTILIZADOS PELO ICMBIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo do Campus Experimental de Rosana, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador (a): Profa. Dra. Rosângela Custodio
Cortez Thomaz

Rosana

2022

H774p

Honorato, Vitor Barbato

O planejamento turístico no Parque Nacional do Iguaçu : perspectivas sobre as estratégias e instrumentos de gestão de uso público utilizados pelo ICMBio / Vitor Barbato Honorato. -- Rosana, 2022

58 p. : il., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Turismo) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Engenharia e Ciências, Rosana

Orientadora: Rosângela Custodio Cortez Thomaz

1. Turismo Sustentável. 2. Ecoturismo. 3. Gestão de Uso Público. 4. Unidades de Conservação. 5. Parque Nacional do Iguaçu. I. Título.

VITOR BARBATO HONORATO

O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU:
PERSPECTIVAS SOBRE AS ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE
USO PÚBLICO UTILIZADOS PELO ICMBIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Turismo do Campus Experimental
de Rosana, Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Bacharel
em Turismo.

Rosana, ____/____/____.

Componentes da Banca Examinadora:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz
Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Engenharia e Ciências - Campus de
Rosana

Membro Titular: Profa. Dra. Juliana Maria Vaz Pimentel,
Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Engenharia e Ciências - Campus de
Rosana

Membro Titular: Prof. Dr. Vagner Sérgio Custódio
Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Engenharia e Ciências - Campus de
Rosana

*A data de aprovação e as assinaturas dos membros componentes da banca examinadora devem ser colocadas
após a aprovação do trabalho.

AGRADECIMENTOS

A todos que colaboraram durante minha trajetória acadêmica para que, hoje, pudesse escrever estas humildes considerações.

Primeiramente, aos professores da UNESP de Rosana pelos seus esforços na complexa tarefa de ensinar; em especial, à professora e orientadora, Rosângela Custodio Cortez Thomaz, pelo aprendizado, dedicação e perseverança, que me motivou a insistir nos meus anseios e a consolidar este trabalho.

À XVII turma de turismo, que se esforçou coletivamente, compartilhando de esforços para que pudéssemos prosseguir juntos em frente às dificuldades e oportunidades que esta época nos trouxe.

Aos meus amigos e amigas que conheci durante os anos que estive em Rosana, que tornaram do tempo em experiências para a vida. À minha amiga Ve por todos as vivências e momentos de apoio mútuo.

À família que compartilhei morada em Primavera, onde pude aprender com as diferenças e vivenciar momentos que levarei comigo para o resto da vida, como as grandes parcerias de Bin e Reci.

A todos que o Parque Nacional do Iguaçu proporcionou-me conhecer, desde os brigadistas que forneceram imenso companheirismo, como Tom e Geomar, às mães Dindi e Catarine pelo acolhimento, e aos voluntários Mateus, Ju, Lia, e especialmente, Manu, que tornaram os dias de parque especiais.

Aos servidores e membros do ICMBio, como Ivan, Paulo e Ulisses, que me proporcionaram grandes aprendizados, entre as expedições nas trilhas e momentos de reflexão, estava realizando o sonho de trabalhar em um órgão que considero tão importante para a conservação de nossas florestas.

À minha família por todos estes momentos em que pude retornar ao lar e receber carinho como se ainda estivesse presente em cada dia. Em especial, aos meus pais que durante todo este tempo me apoiaram e confiaram no que me propusesse.

“Ecologia sem luta de classes é jardinagem”

Chico Mendes

RESUMO

Este estudo visa analisar a gestão de uso público, realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, no contexto do Parque Nacional do Iguaçu, localizado no extremo oeste do estado do Paraná. O objetivo do trabalho é realizar o diagnóstico acerca das estratégias e instrumentos de gestão que visam consolidar o desenvolvimento da atividade turística em consonância com os objetivos da unidade de conservação. A fim de alcançar o objetivo colocado, será utilizado do método qualitativo, com a abordagem de estudo de caso, levantamento bibliográfico, experiências *in loco* a partir de observações livres, e entrevista direcionada ao responsável pela área temática de gestão de uso público da UC/ICMBIO. A complexidade da atividade ecoturística necessita de uma série de cuidados para que se cumpra o compromisso da formação de uma consciência ambientalista, como também a promoção do desenvolvimento regional e a minimização dos impactos causados. Desse modo, a gestão de uso público é responsável por estratégias e instrumentos para garantir que a visitação em unidades de conservação atue como um serviço ecossistêmico cultural e uma ferramenta de conservação. A partir da observação dos aspectos analisados, é possível considerar que a falta de estratégias e instrumentos que trabalhem os conceitos da sustentabilidade nas ações efetivas de planejamento e gestão, além da complexidade dos processos de ordenamento territorial contribuem com a desorganização do uso público e a consequente desconexão entre o turista, comunidades locais e a natureza como o espaço estudado.

Palavras-chave: Turismo Sustentável; Ecoturismo; Unidades de Conservação; Gestão do Uso Público; Parque Nacional do Iguaçu/PR.

ABSTRACT

This study aims to analyze the public use management, held by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation - ICMBio, in the context of the Iguaçu National Park, located in the extreme west of the state of Paraná. The objective of the research is to perform a diagnosis of the management strategies and instruments that intent to consolidate the development of the touristic activities in accord with the objectives of the conservation unit. To conduct this study, we used the qualitative method, with case study method as the research strategy, assisted by bibliographical survey, on-site experiences as of free observation, and an interview with the person responsible for the thematic area of public use management of the unit/ICMBio. The complexity of ecotourism activity requires a series of precautions to fulfill the commitment of forming an environmental conscience, as well as the promotion of regional development and the minimization of the impacts caused. Thus, the management of public use is responsible for strategies and instruments to ensure that visitation in conservation units acts as a cultural ecosystem service and a conservation tool. From the observation of the aspects analyzed, it is possible to consider that the lack of strategies and instruments that incorporate the concepts of sustainability in the implemented actions of planning and management, in addition to the complexity of the processes of land use planning, contribute to the disorganization of the public use and the consequent disconnection between the tourist, local communities and the nature as the space studied.

Keywords: Sustainable Tourism; Ecotourism; Public Use Management; Conservation Units; Iguaçu National Park/PR.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Parque Nacional do Iguaçu e posicionamento no Estado.....	13
Figura 2 - Mapa dos Polos de Uso Público do Parque Nacional do Iguaçu.....	30
Figura 3 - Mapa do Polo Cataratas e Zoneamento.....	31
Figura 4 - Mapa do Polo Silva Jardim e Zoneamento.....	33
Figura 5 - Mapa do Polo Ilhas do Iguaçu e Foz do Gonçalves Dias e Zoneamento.....	34
Figura 6 - Mapa do Polo Rio Azul e Zoneamento.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Recorte dos Objetivos e Diretrizes do SNUC.....	25
Tabela 2 – Atrativos e Classe ROVUC por Polo de Uso Público.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRGPNI	Microrregião Geográfica do Parque Nacional do Iguaçu
PNI	Parque Nacional do Iguaçu
ROVUC	Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação
UCs	Unidades de Conservação
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO INTERESSE PELA NATUREZA	16
2.1 O Ecoturismo	18
3 PLANEJAMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	21
4 MOSAICO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU	27
4.1 Pólo Cataratas	30
4.2 Pólo Silva Jardim	32
4.3 Pólo Ilhas do Iguaçu e Foz do Gonçalves Dias	34
4.4 Pólo Rio Azul	35
5 DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DE USO PÚBLICO NO PNI	38
5.1 Instrumentos de Gestão	38
5.2 Concessões e Gestão Participativa	40
5.3 Diversificação das Oportunidades de Visitação	44
5.4 Fluxo de Visitação	46
5.5 Interpretação Ambiental	47
5.6 Educação Ambiental	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
7 REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO CHEFE DE SERVIÇO DE USO PÚBLICO NA UC - ICMBIO	57

1 INTRODUÇÃO

A institucionalização globalizada da questão ambiental advém da segunda metade do século XX, diante de conflitos entre o modelo de desenvolvimento econômico e os impactos gerados nos recursos naturais e culturais do planeta. Com isso, os setores político e econômico passaram a incorporar progressivamente a noção de sustentabilidade, assim, provocando mudanças sistemáticas nas estratégias de produção do espaço e da mercadoria. Sob a ótica da conservação da natureza, tais intenções estão exemplificadas em ações para a consolidação de áreas protegidas (IRVING *et al.*, 2016).

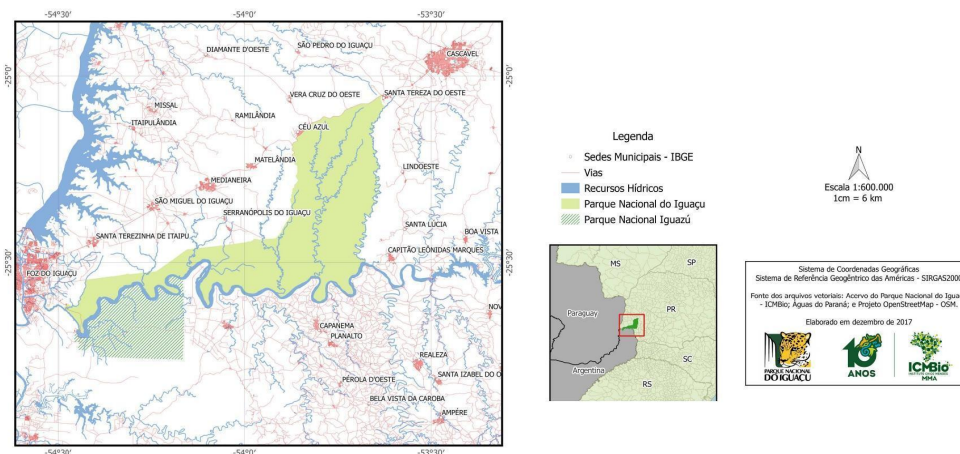
Com o crescimento do número de áreas naturais protegidas por volta da década de 1980, estes espaços passaram a ser formatados como os principais meios de oferta da atividade ecoturística no Brasil (NEIMAN, RABINOVICI, 2010). O ecoturismo surgiu de maneira a ser antagônico ao turismo de massa, deste modo, caracteriza-se como um pensamento da atividade turística que pretende minimizar os impactos sobre o meio ambiente e social, e tem como objetivo conservar o meio em que a atividade se desenvolve, além de proporcionar processos interpretativos sobre o ambiente (SERRANO, 2000; HINTZE, 2009).

No âmbito brasileiro, a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que “estabelece critérios e normas para a criação, e gestão das unidades de conservação (UCs)”. Segundo o artigo 2º da mesma lei, as UCs identificam-se como um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes [...]”. O SNUC é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável por implementar o sistema, subsidiar propostas de criação e administrar as UCs, e por fim, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), atua como órgão responsável por acompanhar a implementação (BRASIL, 2000; NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.88).

As UCs dividem-se em duas categorias, aquelas definidas como Unidades de Proteção Integral têm como premissa preservar a natureza e permitir somente o uso indireto de seus recursos naturais, como por meio da visitação pública ou com o interesse educacional. Os Parques Nacionais fazem parte desta categoria, e tem como seu objetivo básico, a preservação dos ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica (BRASIL, 2000). A conservação da natureza utiliza-se do potencial turístico existente para que se ofereça atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, assim como pesquisas científicas.

O Parque Nacional do Iguaçu (PNI), criado por decreto presidencial em 10 de janeiro de 1939, está localizado no estado do Paraná, e atualmente abrange os municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia e Céu Azul (Figura 1).

Figura 1 - Mapa do Parque Nacional do Iguaçu e posicionamento no Estado



Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu (ICMBIO, 2018).

O território compreende a 185.260ha, e se caracteriza como um importante remanescente de Mata Atlântica e sua biodiversidade. Além disso, o PNI representa um catalisador econômico para a região, sendo a quarta UC em maior quantidade de visitação. Entretanto, este fenômeno está concentrado em Foz do Iguaçu, o que representa somente 0,5% da área total do parque, e especialmente na área das cataratas, assumindo um desafio à gestão devido a característica de massificação do atrativo (ICMBIO, 2020b, ICMBIO, 2022).

Com a ampliação e estruturação planejamento do uso público espera-se qualificar a visitação e aumentar a renda e emprego no entorno das unidades de conservação, garantindo a efetividade dos objetivos de conservação previstos no SNUC (ICMBIO, 2020c; MELO, CREMA, 2021).

De acordo com o Art. 2º, Portaria Nº 289 de 3 de maio de 2021, o conceito de uso público pode ser definido como um

termo utilizado para tratar com abrangência a gestão da visitação, desde o planejamento, implementação e monitoramento de diferentes oportunidades de visitação nas unidades de conservação como desenvolvimento do ecoturismo, da interpretação ambiental entre outras ações (BRASIL, 2021).

A eficiência do uso público depende da gestão ambiental, atuando como um de seus pilares, esta deve estar baseada nos princípios do conhecimento entre as relações dos “seres

humanos e o meio ambiente, bem como a aplicação da ciência e do senso comum, objetivando equacionar conflitos relacionados à disponibilidade, à vulnerabilidade e à preservação dos recursos ambientais” (QUEIROZ, VALLEJO, 2017).

Desse modo, o estudo, a partir da literatura levantada, procura investigar os elementos relacionados ao planejamento turístico no Parque Nacional do Iguaçu e os métodos utilizados pela gestão do ICMBio, a fim de contribuir com o tema de uso público em unidades de conservação. Dividindo-se, primeiramente, na contextualização dos polos de uso público do PNI, e de suas necessidades em relação a qualificação da visitação, em seguida, no debate das estratégias e instrumentos utilizados pela gestão no cenário atual e o relato acerca de sua relação com a consolidação dos objetivos da UC.

A partir deste contexto, o trabalho se apresenta como uma pesquisa qualitativa, de abordagem de estudo de caso e com o caráter exploratório, e tem como objetivo compreender a complexidade da gestão do órgão ICMBio, sendo parte responsável para a consolidação dos objetivos de criação da Unidade de Conservação, e que possui como uma de suas finalidades: promover e executar atividades recreativas como o ecoturismo (BRASIL, 2007).

A construção do projeto de investigação tem o intuito de abarcar o sistema de relações existentes, a fim de encontrar a compreensão e as relações com o todo; e a interioridade e a exterioridade constitutiva dos fenômenos como o modo de conhecimento exterior ao sujeito, ou seja, as representações sociais que traduzem o mundo dos significados (MINAYO, 1994).

Deste modo, o levantamento bibliográfico compreende ao fenômeno do ecoturismo, ao processo de apropriação deste segmento pelas unidades de conservação, e sua relação com o planejamento e gestão, um recorte sobre a área de estudo, no caso, o território em que o Parque Nacional do Iguaçu está inserido, e por fim o diagnóstico sobre as estratégias e instrumentos de gestão utilizados pelo ICMBio da Unidade de Conservação.

Para isso, o método utilizado é o estudo de caso, que segundo Gil (2010, p.37), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita um amplo e detalhado conhecimento [...]”. Neste caso, os dados obtidos trata-se de um relato da experiência de estágio e voluntariado, entre os meses de fevereiro e julho de 2022, por meio da participação direta em projetos da área temática de uso público e gestão socioambiental do ICMBio do Parque Nacional do Iguaçu.

Com o objetivo de consolidar o diagnóstico da gestão do uso público, serão utilizadas informações sobre o recorte da construção teórica, “entrevistas, observações e levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional etc.” (MINAYO, 1994) sobre os principais pontos abordados pelo planejamento do ecoturismo e sua relação com as necessidades

voltadas a cumprir com os objetivos da unidade de conservação.

A entrevista elaborada a partir das fontes primárias e secundárias citadas acima foi direcionada ao servidor do ICMBio, chefe de serviço da área temática de uso público e gestão socioambiental. Por fim, a análise dos dados será produzida a partir da compreensão dos elementos existentes, das influências dos instrumentos de gestão e dos resultados obtidos por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO INTERESSE PELA NATUREZA

O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, a exploração insustentável dos recursos naturais e irresponsabilidade sobre o prejuízo produzido pelo modelo de desenvolvimento capitalista, resultam em consequências irreparáveis como a extinção de espécies da fauna e da flora causado, por exemplo, pelo aquecimento global (GUATTARI, BITTENCOURT, ROLNIK, 2010, p.2).

O ambientalismo é um movimento que surgiu com o sentimento de busca por uma alternativa histórica às posturas racionais que direcionaram o desenvolvimento econômico. Além de se expressar nos indivíduos como uma atitude destinada a expandir e integrar as relações entre a sociedade e a natureza, este também se traduz como preferência estética a partir da atitude contemplativa da natureza (BRUHNS, 2009, p.7).

Junto a novas formas mencionadas de estética, das maneiras de pensar política, e das maneiras cuidar de si e cultos do corpo, a perspectiva ecológica identifica-se como um meio de contemplação pela combinação com a natureza, onde novos vínculos sociais são formados a partir dessa experiência entre a ética e a estética (BRUHNS, 2009, p.15)

Durante as últimas décadas do século XX, diversas pesquisas já apontavam o caráter emergencial sobre a necessidade de ação em relação aos problemas antrópicos causados na natureza. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ou Conferência de Estocolmo, realizada pela primeira vez no ano de 1972, reuniu diversos países e foi um marco para o início das ponderações sobre a relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente (BRASIL, 2010; ONU, 2020).

Segundo Bruhns (2009), a significação da natureza como um elemento “sagrado”, ou como instituído por correntes ambientalistas, um espaço circunstancial de contestação de valores em relação à produção e consumo, serviu como pano de fundo para o surgimento de algumas práticas de lazer.

Após a Conferência de Estocolmo, a Rio 92 e seus desdobramentos, como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), tiveram um importante papel para a consolidação do debate mundial sobre um modo de turismo sustentável, visto que havia a necessidade de afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico e investir em atividades que protejam e renovem os recursos ambientais (IRVING, LIMA, NASRI, 2022; ONU, 2020).

A tendência de ascensão das atividades que se utilizam dos princípios da sustentabilidade está colocada especialmente àquelas experiências turísticas que se utilizam

do contato com a natureza e o intercâmbio cultural por meio de práticas responsáveis e comprometidas com a qualidade de vida do local (IRVING *et al.*, 2016).

O turismo alternativo surgiu como uma reação à visitação de turismo de massa, ou seja, como alternativa a exploração intensiva da atividade que promove a degradação das particularidades vivenciadas e causa diversos impactos sociais e ambientais. No caso, o turismo alternativo pretende oferecer os valores naturais e culturais através de interações positivas e experiências compartilhadas, e assim contribuir para a continuidade do meio o qual é seu substrato já que possui como objetivo a conservação e o desenvolvimento sustentável (HINTZE, 2009; NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.50).

É necessário compreender a atividade turística como vinculada a premissa da indissociabilidade entre cultura e natureza, sendo um movimento com potencial de reconexão com a própria natureza a partir da diversidade humana e a possibilidade de encontro na diferença (IRVING, LIMA, NASRI, 2022).

Neste sentido, Hintze (2009, p.52) coloca que a consolidação do produto turístico se caracteriza por extrapolar a utilização dos meios materiais ao apropriar-se de diversas outras condições como a “localidade, o território, a paisagem, os habitantes do local e seus costumes, cultura e tradições” a fim de comercializar, sob a forma metafórica de pacotes, o conceito de lugar.

O crescente interesse mercadológico no tema do turismo sustentável conspirou com a consolidação de uma indústria voltada à produção de lugares no meio natural vendidos como responsáveis sob a ótica da conservação, como um turismo de destinos (NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.47).

Desse modo, é importante colocar o turismo como a reprodução de um fenômeno da atividade humana que enquadra as dimensões econômica, social, ambiental, ética, política e simbólica. A atividade turística faz com que as dimensões ambientais, sociais e culturais sejam apropriadas e traduzidas por segmentos turísticos como “insumos” ou “atrativos” para alimentar o processo e as estatísticas dos distintos “segmentos” previamente formatados, e assim atender a uma demanda induzida e ávida por novidades (IRVING *et al.*, 2016).

A segmentação do turismo alternativo se consolidou de acordo com as diversas motivações que levam os visitantes a escolher determinada localidade. Dentre elas estão: turismo educacional, turismo científico, turismo cultural, turismo de aventura e turismo rural. Todas as segmentações em questão se relacionam com o ecoturismo por terem características e finalidades em comum, além de possivelmente se complementarem no cenário da atividade turística em que se desenvolvem (NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.50).

A contemporaneidade carrega consigo um consumo de bens e serviços, signos e imagens relacionados ao prazer e ao corpo, essas formas de relação se adaptam em atividades físicas que se relacionam à ciência, à técnica, ao recorde, características da época industrial, desse modo, essas práticas podem ser incorporadas na atividade ecoturística por meio da ideia de aventura (SERRANO, 2000).

O objetivo destas práticas está colocado em seu vínculo à sustentabilidade, de modo em que os envolvidos busquem uma postura concreta a respeito dos valores e atitudes ligados a atividade, de modo que seja utilize de seus elementos de maneira responsável, tanto de suas paisagens como de seus recursos naturais e/ou culturais (NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.47).

2.1 O Ecoturismo

Entre os termos utilizados para se referir ao “ecoturismo” ou atividades que compartilham de características parecidas estão “turismo de natureza”, “turismo responsável”, “turismo verde”, “turismo ambiental”, “turismo ecológico”, “turismo sustentável”, entre outros. Todavia, pode-se notar três características que estão integradas a premissa de sustentabilidade dessas atividades: garantia de conservação ambiental, educação ambiental, e benefícios às comunidades receptoras (NEIMAN, RABINOVICI, 2010).

De acordo com Wearing e Neil (2014), o ecoturismo pode ser considerado uma forma de turismo alternativo, descrito de modo simplificado, como turismo interpretativo, de impacto mínimo, discreto, com o objetivo de conservação, e que procura promover a compreensão e apreciação do meio ambiente e das culturas locais. Os destinos estão normalmente colocados em áreas naturais ou onde a presença humana é mínima, enquanto seus praticantes pretendem envolver-se na experiência de exterioridade a fim de satisfazer sua necessidade pela educação e consciência ambiental, social ou cultural por meio da vivência da visita.

É importante mencionar a perspectiva a respeito dos participantes da atividade, para o pioneiro a utilizar a terminologia, Ceballos-Lascuráin, diz que:

O ecoturismo implica uma aproximação científica, estética ou filosófica, embora o “ecoturista” não tenha que ser um cientista, um artista ou um filósofo profissional. O principal é que a pessoa que pratica o ecoturismo tenha a oportunidade de imergir na natureza de uma maneira que a maioria das pessoas não pode fazer na sua rotina urbana. Esta pessoa adquirirá, eventualmente, uma consciência e um conhecimento

do ambiente natural, e dos aspectos culturais, que o converterá em alguém profundamente envolvido nas questões de conservação. (Ceballos-Lascuráin, 1990, p. 8 *apud* NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.46).

O turista pode ainda entender a atividade apenas como uma possibilidade de ocupar o seu “ócio ativo” ou seu tempo de lazer de férias como uma oportunidade de atingir um status social aparentemente saudável e diferente do convencional. Entretanto, a atividade ecoturística envolve diversos setores e interações de muitos atores sociais, assim o significado desta atividade pode ser diferente para o turista, para o morador de uma comunidade local e para o dono de uma pousada. (NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.45).

A multiplicidade de definições encontradas para a atividade ecoturística coloca em perspectiva sua conceituação, entretanto é possível encontrar um consenso em torno de um caráter educativo, comprometido com a mudança de comportamentos e a criação de uma consciência ambientalista (SERRANO, 2000).

Neste cenário, a conceituação de turismo ecológico no Brasil, adotada pela Embratur, passou a ser referência no país para as ações de políticas públicas. Colocada primeiramente no documento intitulado Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. em 1994, como um “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2010, p.17).

Além de utilizar de maneira sustentável o patrimônio natural e cultural, o ecoturismo deve promover uma reflexão a partir da integração entre o sujeito e o ambiente natural, vivenciado por uma inter-relação entre o ecossistema, costumes e história local. Por fim, deve ainda contribuir com as comunidades receptoras por meio da distribuição dos benefícios gerados pela atividade turística, a fim de torná-las o sujeito principal no processo de desenvolvimento da região (BRASIL, 2010).

O ecoturismo se distingue de outras atividades ao incorporar os conflitos e contradições geradas no próprio ambientalismo, ou seja, entre a estética da natureza em e a ética de conservação. Desse modo, o ecoturismo deve garantir que a experiência vivencial entre o ser humano e a natureza desencadeie reflexões sobre a exploração dos recursos naturais e modo desenvolvimento sustentável (BRUHNS, 2009, p.23; NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.45).

O elemento de diferenciação entre o ecoturismo e o turismo sustentável está no enfoque voltado à conservação como fator de atratividade, sendo que seus principais objetivos para a sustentabilidade estão concentrados nos fatores ambiental e econômico. Os aspectos cultural e político atuam no sentido de complementaridade, enquanto para o turismo sustentável todos esses aspectos estão colocados na mesma intensidade (BRASIL, 2010).

As possibilidades de desenvolvimento do ecoturismo possuem uma ampla gama de atividades que se relacionam com a natureza, seja pela relação com a flora, encontros com a fauna, apreciação da geodiversidade, ao mesmo tempo de paisagens culturais e espetáculos exuberantes da natureza (BRASIL, 2010).

Ao passo que o ecoturismo ganha centralidade no mercado, é necessário cuidado ao que é significado com este conceito. Um exemplo está na confusão realizada por operadoras que vendem atividades de aventura em ambientes naturais e utilizam do termo. A natureza pode ser utilizada somente como um pano de fundo, e seguindo esta lógica, a mesma atividade poderia ocorrer em locais urbanos, enquanto para o ecoturismo a natureza é o principal meio que deve valorizado na sua relação com o turista (NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.54).

Ainda que a sustentabilidade seja utilizada como premissa por meio de nuances românticas como a “integração com a natureza”, o território da experiência desse ambiente coincidentemente atrativo e conveniente para essas práticas sofre alterações (tanto físicas quanto culturais) (BRUHNS, 2009).

Desse modo, é colocado em pauta os conflitos existentes entre os elementos que fazem parte da realização da atividade turística em determinado território, e assim, o conhecimento sobre o meio ou proteção ambiental podem se tornar irrelevantes, sendo qualquer consideração sobre a natureza dominada pela orientação do consumo. A crise ambiental segundo Bruhns (2009, p.7) é resultado de uma crise da razão, já que o problema do conhecimento sobre a complexidade ambiental não está relacionado à aprendizagem do meio, mas sobre a compreensão do conhecimento sobre o meio.

O ecoturismo ainda que se esforce com atitudes positivas voltadas à comunidade local, a cultura regional, aos sujeitos envolvidos por meio do respeito pela alteridade, ainda está sujeita a uma política sectária, na qual essas ações podem se perder (BRUHNS, 2009, p.23). Neste sentido, é colocado no próximo capítulo, a relação entre a apropriação da visitação em áreas naturais por UCs e as perspectivas sobre o planejamento e gestão para o turismo.

3 PLANEJAMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O marco para a criação de espaços voltados à preservação e proteção da biodiversidade, assim como a terminologia Parque Nacional, provém da criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos (GORINI, MENDES, CARVALHO, 2006). As primeiras áreas protegidas foram estabelecidas no século XIX, em um período em que as condições sociais e ambientais eram distintas: menor densidade populacional, menor desenvolvimento de infraestruturas, e menor pressão antrópica sobre essas áreas protegidas.

O aumento da consolidação desses territórios advém dos períodos posteriores à década de 1960, quando o mundo estava sob o cenário de forte crescimento populacional, industrialização, expansão do meio urbano e da agricultura, e de aumento da extração de recursos naturais. Neste sentido as áreas protegidas foram reconhecidas como de suma importância para a conservação do meio ambiente, sendo que a maior parte os benefícios da sua proteção estão ligados em maior parte a utilização de bens a bens intangíveis como a recreação, bem-estar físico e o valor da própria natureza (GORINI, MENDES, CARVALHO, 2006).

No Brasil, André Rebouças, um homem negro, abolicionista e também engenheiro, defendeu a criação de áreas protegidas por volta do ano de 1876, quando propôs parques nacionais em Sete Quedas e Ilha do Bananal, entretanto a ideia não foi acolhida pelo estado escravagista e monárquico de Dom Pedro II. A partir de 1934, com a criação do Código Florestal Brasileiro, os primeiros parques nacionais começaram a surgir, ao começar pelo de Itatiaia, em 1937, seguido pelo Iguaçu, PN da Serra dos Órgãos e o de Sete Quedas, este último foi submerso pela represa de Itaipu anos mais tarde (GORINI, MENDES, CARVALHO, 2006).

Além destes, em 1946, outro marco importante foi a criação da Floresta Nacional Araripe-Apodi, primeira unidade de uso sustentável brasileira. A administração destas áreas protegidas era realizada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, e pela Secretaria Ambiental do Meio Ambiente até 1989, órgãos que foram reestruturados e formaram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que seguiu com a gestão ambiental até a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em 2007 (GORINI, MENDES, CARVALHO, 2006).

A consolidação de áreas protegidas, como Unidades de Conservação, está atrelada à lógica utilitarista ao atribuir valor econômico aos componentes da biodiversidade, da paisagem e da cultura local, utilizando-as para criação de novos remédios, extração de

recursos naturais, e tornando-as até moeda corrente, devido ao seu valor para o conceito dos sumidouros de carbono. Além da subjetividade colocada pela invenção humana de seus limites, a discussão das prioridades que carregam seu propósito está sempre respaldada por ideologias (DIEGUES, 1996 *apud* NEIMAN, RABINOVICI, 2010)

O objetivo de conservação pela criação de áreas naturais protegidas incorporou elementos da ciência moderna como a noção de biodiversidade, funções ecossistêmicas e capacidade de carga. Essas áreas protegidas devem cuidar-se ao se isolar da presença e da intervenção humana, já que gera no público uma noção mítica da natureza que pretende remontar um ideal de paraíso perdido, uma estética primitiva denominada de “mito da natureza intocada” (DIEGUES, 1996 *apud* BRUHNS, 2009, p.27).

Esse mito corresponde à uma necessidade social que revela crenças e desejos de uma realidade contraditória, principalmente com relação às populações urbanas que vivenciam cada vez mais o distanciamento do meio natural, a urgência da salvação da humanidade de si mesmo na tentativa de resguardar um patrimônio natural de um mundo selvagem, anterior, puro, faz com que a valorização do meio ambiente esteja muito mais conectada às suas motivações estéticas, religiosas e culturais dos sujeitos, o que acaba isentando a responsabilidade e desincentivando o engajamento da sociedade na projeção de um mundo ideal e conectado com a coletividade (BRUHNS, 2009).

O destacamento da presença humana de acordo com este modelo conservacionista, que despreza sua cultura como um elemento intrínseco à preservação, induz a distorções e desequilíbrios que podem ser notados quando se percorre uma trilha na mata, por exemplo. O deslumbramento com a experiência de um mundo natural está disposto em uma linha tênue entre a autenticidade destas atividades de lazer e a sua ressignificação pelo consumismo industrializado que implica na sua mercantilização (BRUHNS, 2009).

As preocupações em torno da sustentabilidade das atividades no meio natural geralmente se restringem a fatores físico-biológicos do meio ambiente, renegando os aspectos socioculturais e político-econômico das populações locais. Neste sentido, a ideia de modelo de desenvolvimento sustentável está muito mais ligada ao equilíbrio sobre os impactos na natureza física do que em relação ao reconhecimento das populações locais como sujeitos do meio ambiente. (BRUHNS, 2009, p.24)

Na ótica dos preservacionistas mais radicais, o isolamento das áreas naturais da sociedade pode parecer a melhor medida para assegurar a conservação da fauna e flora ameaçada, entretanto essa atitude gera o descolamento da vida em seu interior com a comunidade. É necessário colocar que, para o bem ou mal, todos os ecossistemas sofreram

alterações, até mesmo ambientes que parecem intactos estão sujeitos ao menos às projeções das escolhas humanas. Neste sentido, o ambientalismo como produto da imaginação e cultura utiliza-se dos seus preceitos para identificar ecossistemas que devem ser preservados da própria ação destrutiva antrópica ao denominar o que servirá com matéria bruta, ou como paisagem, como a sua utilização por parques nacionais (NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.78, 102).

O turismo pode fortalecer a apropriação das UCs pela sociedade, incrementar a economia, a geração de emprego e renda para as populações locais. Entretanto é necessário considerar que a visitação pode se caracterizar como ameaça para a manutenção dos processos ecológicos, a diversidade sociocultural e conhecimentos tradicionais e a conservação da biodiversidade. O incremento do envolvimento de atores do *trade* turístico pode ocasionar em novas demandas e pressões sobre a natureza que contrariem o princípio de sustentabilidade, além de não trazerem os benefícios esperados às comunidades locais. Desse modo, o desafio consiste em desenvolver o turismo de forma harmoniosa e integrada ao local (BRASIL, 2006; NEIMAN, RABINOVICI, 2010).

Uma vez estabelecida a área de conservação, interesses locais podem também exercer pressão contínua para utilizar diretamente os recursos da UC, tendo em vista que a criação de áreas protegidas, per se, não assegura a elas imunidade contra violações. Desse modo, devem ser consistentemente fortalecidas as leis relativas a recursos naturais no país, além de disponibilizados recursos e pessoal de fiscalização e controle para garantir a inviolabilidade das UCs (GORINI, MENDES, CARVALHO, 2006).

A preservação dos recursos naturais implica na garantia da continuidade de regeneração dos costumes e estilos de vida da comunidade local, assim como de seus comportamentos sociais e valores, esses que são geralmente desprezadas pelas posturas empresariais e políticas de gestão em relação ao enriquecimento da experiência do turista e nos benefícios econômicos gerados (BRUHNS, 2009, p.24)

A acessibilidade do público a essas áreas é de grande importância para que se obtenha a popularidade e aceitabilidade social, e para que seja percebida como um benefício aos seus usuários. O aumento da procura dessas áreas por sujeitos que desejam estar em contato com a natureza é notável, entretanto para garantir a conservação ambiental, assim como uma boa qualidade da experiência dos visitantes, a gestão e o planejamento dessas áreas se tornaram essencial, é necessário investimento e cuidados especiais para que a conservação seja efetiva. As práticas sustentáveis de ecoturismo devem ser estimuladas dentro da área e no seu entorno a fim de reverter o quadro de exclusão social, perda de identidades étnico-culturais,

massificação e padronização dos modos de produção e consumo, e degradação e esgotamento dos recursos naturais com consequente perda da biodiversidade. O equilíbrio entre a preservação e o desenvolvimento da visitação é um dos principais desafios aos gestores das unidades (GORINI, MENDES, CARVALHO, 2006; NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.100, 125).

Neiman e Rabinovici (2010, p.102) destaca que o turismo pode representar um forte aliado para o desenvolvimento sustentável e na consolidação de UCs. Para isso, as estratégias devem tomar os cuidados necessários a respeito da conservação do meio ambiente e com os etnoconhecimentos regionais. O termo ecoturismo implica em um modelo ecologicamente correto e sustentável a todos os atores, de modo que promova o desenvolvimento real das comunidades, tanto pela distribuição igualitária dos benefícios, quanto pela valorização das necessidades locais por meio de alternativas para engajar o planejamento participativo comunitário, como também pela redução dos impactos respeitando a capacidade de suporte local. Da mesma forma que a visitação deve possibilitar a reconstrução dos nexos entre ser humano e natureza, com a finalidade de “estabelecer uma certa harmonia entre o turista, a infraestrutura necessária, o entorno ou ambiente e as pessoas que são influenciadas por essa atividade econômica” (SERRANO, 2001, p.159).

O marco legal, importante para a consolidação, padronização e organização, de Unidades de Conservação foi a instituição da Lei Federal 9.985, de 18.7.2000, que criou o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC), que tem entre seus objetivos e diretrizes,

Tabela 1 - Recorte dos Objetivos e Diretrizes do SNUC

Objetivos	Diretrizes
“I- Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais”; “IV- Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais”; “VI- Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica”; “XII- Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico”; “XIII- Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”;	“IV - Busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação”; “VI - Assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação”; “IX - Considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais”;

Fonte: Adaptado pelo autor (BRASIL, 2000).

As Unidades de Conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos com características distintas. As Unidades de Proteção Integral têm o objetivo de “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” e as Unidades de Uso Sustentável tem como objetivo a “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000).

Os Parques Nacionais são Unidades de Proteção Integral, e tem como objetivo, a preservação dos ecossistemas naturais e de grande relevância ecológica e beleza cênica, além de possibilitar pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. Por fim, o documento estabelece que a visitação pública nestas áreas estaria sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo, um instrumento de gestão elaborado pelo órgão responsável de sua administração (BRASIL, 2000).

A criação de uma Unidade de Conservação, após seu decreto por ato público, deve ser seguida por um período de estudos técnicos para identificar seus limites e dimensões, sendo que o Plano de Manejo é o documento necessário para a disposição de suas informações técnicas, como seu zoneamento, área de amortecimento, corredores ecológicos, entre outras funções que culminam em estabelecer o objetivo da área protegida. Além disso, é necessário ações para a fiscalização de atividades ilegais como a caça, pesca e extração, bem como a regularização fundiária, que permita a subsistência da comunidade local, caso possível e necessário, além do incentivo às pesquisas científicas sobre a fauna e flora que promovam o fortalecimento de seus objetivos (NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.88).

Para concluir, a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), estabeleceu diretrizes para auxiliar os atores responsáveis pela gestão do turismo em áreas protegidas a atingir o objetivo do turismo sustentável. Entre elas estão: valorizar igualmente os campos econômico, ambiental e social, de modo que contribua com a conservação da natureza, e gere benefícios econômicos às autoridades e proprietários da área protegida para ajudar os custos de gestão e a subsidiar as oportunidades de subsistência nas comunidades locais; adaptar as estratégias e instrumentos ao contexto da área protegida visando a gestão assertiva; reconhecer a experiência de alta qualidade de visitação como uma ferramenta para a efetividade do desenvolvimento sustentável, sendo que a garantia depende do cumprimento da motivação do turista em participar das oportunidades de recreação de interesse, variando entre o oferecimento de certos desafios físicos, de aprendizado e vínculo social; incentivar a construção de uma ética da conservação nos visitantes ao procurar o entendimento do porquê aquele local está sendo protegido; considerar os impactos negativos e benefícios a fim de identifica-los, analisa-los e monitora-los a fim de orientar as ações de gestão e; respeitar as necessidades específicas das comunidades locais (LEUNG, 2019).

Estas diretrizes serão parte do embasamento teórico para realizar o diagnóstico da gestão de uso público no Parque Nacional do Iguaçu em capítulo mais a frente. Desse modo, inicialmente, faz-se necessário compreender o contexto o qual a UC em questão está inserida.

4 O MOSAICO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

O Parque Nacional do Iguaçu é uma das primeiras Unidades de Conservação brasileira, sua história conta com a idealização de André Rebouças, e a passagem de Alberto Santos Dumont, em 1916, que articulou politicamente a apropriação do espaço pelo estado para que se tornasse um local público e protegido. Somente em 1939, o Governo Federal criou o Parque Nacional do Iguaçu.

O território do parque está localizado no extremo oeste do Estado do Paraná, e abrange áreas dos municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia e Céu Azul. Em seu contexto socioeconômico, a microrregião geográfica do Parque Nacional do Iguaçu (MRGPNI) envolve quatorze municípios do estado do Paraná, definidos pelo recorte geográfico, por estarem situados num raio de 10 km do parque, e possuírem algum grau de influência ou relação com a UC. A dinâmica socioeconômica da MRGPNI apresenta em especial três segmentos destacados pelo Plano de Manejo: a agroindústria alimentícia; a indústria de madeira e o turismo. A presença de comunidades tradicionais e locais na região está contemplada pela presença da Reserva Indígena Avá-Guaraní do Ocoí, da tribo Guaraní Kaiowá, e pela comunidade remanescente do Quilombo Apepú, em São Miguel do Iguaçu (ICMBIO, 2018, 2020b).

O Parque Nacional do Iguaçu faz parte de uma região transfronteiriça entre Paraguai e Argentina, a área protegida faz fronteira em pouco mais de 60 quilômetros com o Parque Nacional do Iguazú, na Argentina, esse contínuo biológico, também denominado de Selva Misioneira, é uma das mais importantes ferramentas de conservação do Centro-Sul da América do Sul, entre Argentina e Paraguai, limitando-se em mais de 60 km com o Parque Nacional Iguazú (ICMBIO, 2018).

O PNI é fonte de diversos serviços ecossistêmicos, auxilia na regulação dos ambientes, manutenção de habitats de reprodução, regulação do ciclo hidrológico através da manutenção da drenagem, irrigação e precipitação natural, como também representa um local de suporte para a manutenção da biodiversidade. Também é responsável por prover serviços culturais ao possibilitar o uso educacional, de pesquisa, turístico e entre outras atividades (ICMBIO, 2018).

Localizado na bacia do Baixo Iguaçu, possui em sua malha hidrográfica uma importante diversidade, banhado por rios como Silva Jardim, Gonçalves Dias, Represo, São

João, Índio, e outros que contribuem com o rio que dá nome ao parque, o rio Iguaçu, responsável pela formação das Cataratas. O rio Florianópolis também deve ser citado, já que sua importância se dá por conta que grande parte de sua extensão (713 km²) está totalmente protegida dentro dos limites da Unidade de Conservação (ICMBIO, 2018, 2020b).

Existem diversas usinas e projetos em curso devido às características de relevo e hidrográficas da região, como a Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu, em implementação nos municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, que ameaça a biota da região devido a sua proximidade ao parque, além de influenciar na vazão da água das Cataratas (ICMBIO, 2018).

A flora do Parque Nacional do Iguaçu está em maior parte disposta pela fisionomia de Floresta Estacional Semidecídua, do tipo Submontana na região central e sul, e Montana mais ao norte, e se encontra em altitudes acima de 700 metros, a fisionomia de Floresta Ombrófila Mista. Em relação a sua diversidade foram identificados até o momento 761 angiospermas, 16 pteridófitas e 464 espécies de fitoplâncton, o território é composto por espécies relevantes como indivíduos de Peroba-rosa e Palmito-juçara, Araucária, Canafístula. Algumas encontram-se no status “em perigo” e “vulneráveis” de acordo com a Lista Vermelha da UICN (ICMBIO, 2018).

Em relação à diversidade de fauna, até o momento foram elencadas 158 espécies de mamíferos, 390 de aves, 48 de répteis, 12 de anfíbios, 175 de peixes e pelo menos 800 de invertebrados. De acordo com a Lista Vermelha da UICN, foram verificadas 10 espécies da fauna com status de conservação “Em perigo” como o puma e a onça-pintada, espécie símbolo do parque, e 13 “Vulneráveis” como guariba, o veado-bororó, entre outras (ICMBIO, 2018).

A integridade de um dos principais remanescentes do Bioma da Mata Atlântica no país e de floresta subtropical na região Sul do Brasil, abrigo de uma rica representatividade da biodiversidade do ecossistema, e de espécies ameaçadas, palco de paisagens de alta grau de contemplação justificou o reconhecimento, em 1986, pela Organização das Nações Unidas - ONU, por meio da UNESCO, como Sítio do Patrimônio Natural Mundial (ICMBIO, 2020b)

Apesar desse valor intrínseco, a pressão antrópica sobre os limites do parque é uma realidade a ser enfrentada, destaca-se a implementação de indústrias, a abertura e pavimentação de estradas, a fiação de paisagens agropecuária, e a grande presença de atividades agrícolas no entorno, como cultivo extensivo de soja e outros produtos transgênicos, assim como a instalação das usinas, implicam na expansão da urbana dos municípios (ICMBIO, 2018).

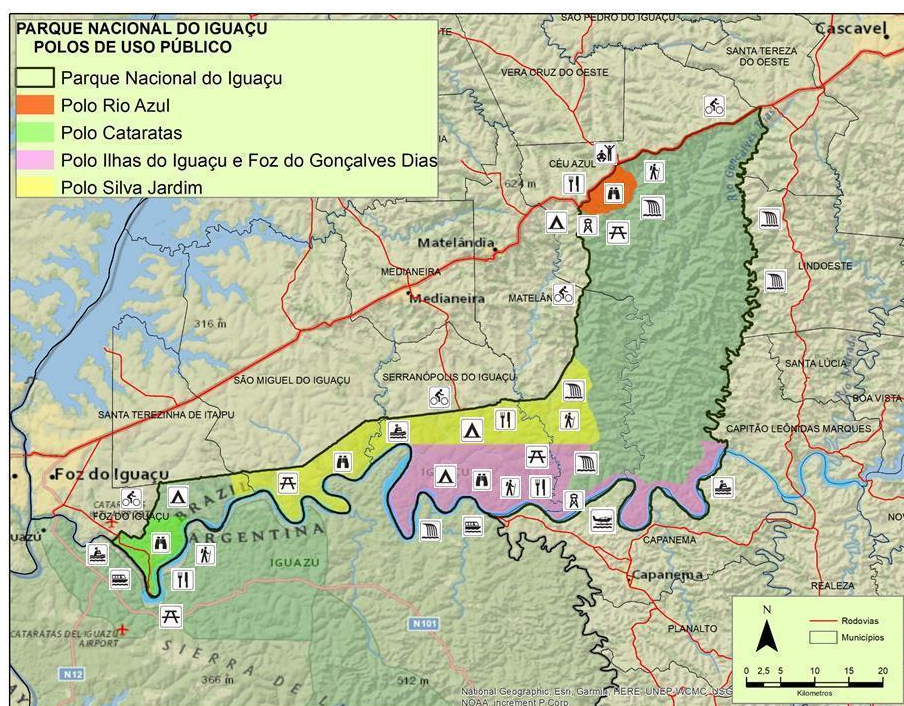
As atividades ilegais consistem em um desafio para a gestão do PNI, como a caça, a pesca e extração de palmito, as motivações são variadas, entre elas estão a questão cultural como a transmissão de valores entre gerações, nesse sentido destaca-se ainda um mercado de caça esportiva na região, por conta da necessidade de subsistência de alguns indivíduos, ou pela demanda do comércio ilegal destes elementos (ICMBIO, 2018).

A relação entre parque e estradas é conflituosa, gera efeitos diretos e indiretos, como a fragmentação e isolamento de populações, atropelamento de fauna e erosão do solo ao longo de trechos mal planejados e sem manutenção. No caso do PNI, existem casos emblemáticos como a estrada do colono, que cortava o parque ao longo de 18 quilômetros e interligava Capanema à Serranópolis do Iguaçu, o trecho, fechado em 2001, e novamente em 2003, demonstra uma recomposição da floresta em seu antigo leito, com a presença de fauna local e recuperação da vegetação efetiva, entretanto ainda se encontra em processo de discussão sobre sua reabertura. No polo de Foz do Iguaçu, o parque conta com uma estrada em seu interior que leva até as cataratas, entretanto a maior parte do transporte de turistas é realizado pela concessionária, operadoras de viagens, e/ou serviços cadastrados. Também existem duas estradas que margeiam o território, a BR-277, na região de Céu Azul, e a Estrada Velha de Guarapuava que percorre desde Foz do Iguaçu até Céu Azul (ICMBIO, 2018).

A visitação de massa realizada em Foz do Iguaçu devido a atratividade do espetáculo das Cataratas é um desafio à gestão, ao passo que esse modo de desenvolvimento da atividade pode acarretar na produção exacerbada de lixo, erosão do solo e perturbações à fauna. Entretanto, é necessário colocar que a recreação e o turismo ecológico é um dos objetivos da categoria parque nacional, nesse sentido o uso público deve ser fomentado, buscar oferecer ao visitante um serviço de qualidade e que minimize os impactos ambientais e promova a interpretação ambiental (ICMBIO, 2018).

O Parque Nacional do Iguaçu possui uma diversidade no grau de desenvolvimento e diferentes oportunidades de visitação ao longo de toda sua extensão, desse modo é necessário elencar estratégias distintas para o planejamento e gestão de cada área de visitação. O Plano de Uso Público considera os aspectos geográficos, de gestão, de emissivo de visitantes e tipos de públicos, e assim agrupa as áreas de visitação em quatro polos: Polo Cataratas; Polo Silva Jardim; Polo Ilhas do Iguaçu e Foz do Gonçalves Dias; Polo Rio Azul (ICMBIO, 2020b) (Figura 2).

Figura 2 - Mapa dos Polos de Uso Público do Parque Nacional do Iguaçu

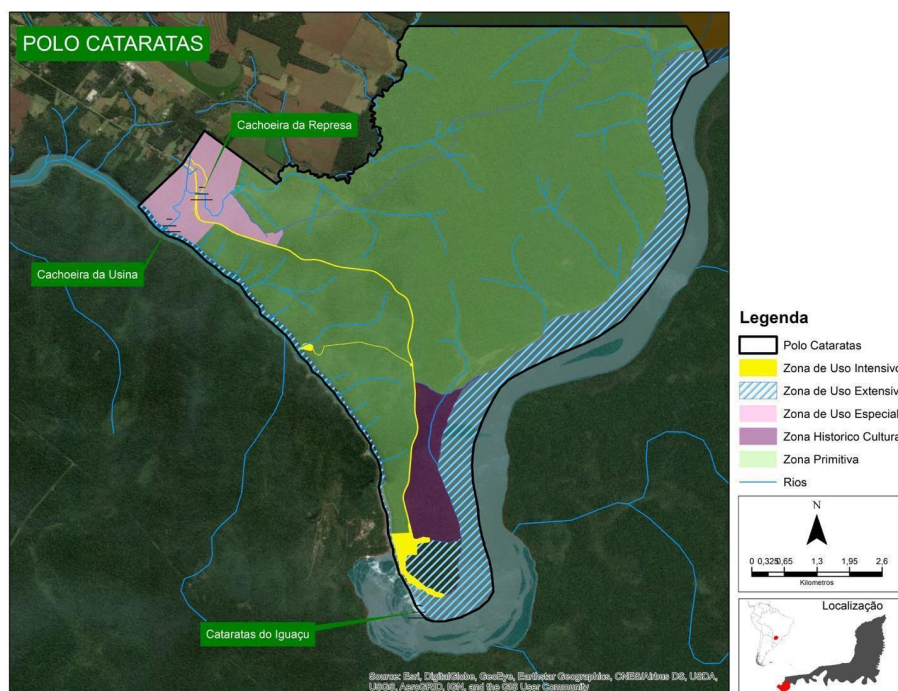


Fonte: Plano de Uso Público do Parque Nacional do Iguaçu (ICMBIO, 2020b)

4.1 Polo Cataratas

O Polo Cataratas, localizado na porção mais oeste do território, em Foz do Iguaçu, tem acesso pela rodovia BR-469, e situa-se a aproximadamente 20 quilômetros do centro da cidade (Figura 3). A entrada no parque é feita através do centro de visitantes, o trânsito de veículos é restrito, os usuários podem escolher pelo sistema de transporte interno da unidade, táxis, vans ou veículos de passeio de operadoras de turismo cadastradas (ICMBIO, 2020b).

Figura 3 - Mapa do Polo Cataratas e Zoneamento



Fonte: Plano de Uso Público do Parque Nacional do Iguaçu (ICMBIO, 2020b)

A dinâmica onde o polo está inserido é caracterizado por uma região urbana com mais de 600 mil habitantes, que se divide entre as cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazú, na Argentina, na qual está localizado o Parque Nacional del Iguaçu, o qual apesar de complementar a experiência da visita, ainda não possui estratégias de uso público em conjunto com o PNI. Além disso, é possível identificar que a população local não tem completa percepção dos benefícios da visita em sua vida cotidiana, demonstrando baixo interesse pela visita ao polo (ICMBIO, 2020b).

A interação com os animais neste polo é frequente, é possível observar espécies como macacos, lagartos, gaviões, tucanos e quatis, o que desperta um grande interesse pelos visitantes, entretanto este fator requer ações que minimizem os impactos dessa relação, especialmente para os quatis que estão habituados a receberem alimentação (ICMBIO, 2020b).

Os principais atrativos deste polo são o rio Iguaçu e o cânion, com suas Cataratas, o rio São João com seu lago, e suas cachoeiras, a antiga usina, sítios arqueológicos, a sede do Parque, o Hotel das Cataratas, a estátua de Santos Dumont, o espaço memória cataratas, e algumas trilhas. Apesar de existentes, a maior parte dos atrativos que permitem aos visitantes uma maior interação com a natureza e autonomia, assim como as oportunidades de atividades

com o caráter histórico e cultural não estão em operação e/ou não são valorizadas. A interpretação ambiental é limitada, o que implica na perda da oportunidade de sensibilização dos visitantes (ICMBIO, 2020b).

Nesta área estão sendo operados quatro contratos de concessão e um arrendamento. Entre o rol de serviços oferecidos estão o transporte de visitantes, alimentação, hospedagem, passeios embarcados e voo panorâmico (ICMBIO, 2020b).

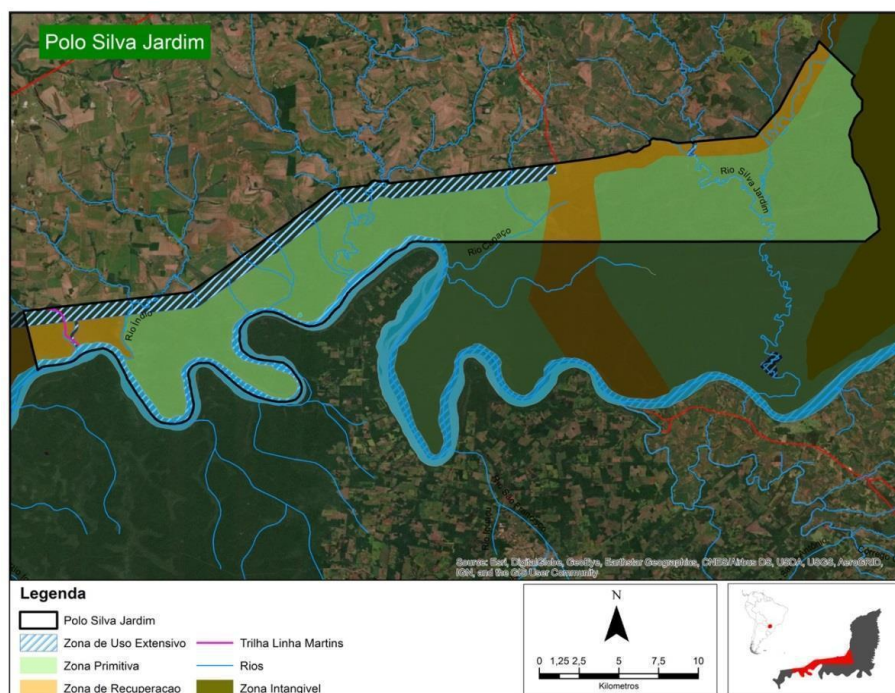
A visitação encontra-se concentrada em atividades realizadas no percurso do centro de visitantes, à trilha das Cataratas e as estruturas associadas ao espaço como as lanchonetes e restaurantes, e ao complexo de apoio ao passeio Macuco Safari. Esse modelo de visitação acaba por sobrecarregar as estruturas, especialmente em dias mais movimentados (ICMBIO, 2020b).

As estruturas atuais do polo, como o Centro de Visitantes, foram projetadas no final da década de 1990 para suportar o atendimento de um público de no máximo 12.000 e mínimo de 3.000 pessoas por dia. Em 2019, o número de visitas ao longo do ano registrou raros picos acima do suportado, e apenas 29 dias de visitação inferior a capacidade mínima, oferecendo baixa ociosidade aos espaços planejados. Todavia identifica-se a necessidade de ampliar e atualizar as estruturas e equipamentos existentes, assim como aplicar técnicas e tecnologias de baixo impacto ambiental devido a tendência de crescimento no número de visitação nos próximos anos (ICMBIO, 2020b).

O pólo também conta com alguns projetos de relevância como a Escola Parque, setor da gestão socioambiental que conta com iniciativas de educação ambiental. Como também, o Projeto Onças do Iguaçu que tem como missão a conservação da onça pintada por meio de estratégias de educação ambiental, integração com o entorno, pesquisas científicas e monitoramentos.

4.2 Polo Silva Jardim

O Polo Silva Jardim está localizado na porção central do parque, sua área de abrangência está ao longo dos municípios de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu e Matelândia (Figura 4), e de acordo com a estimativa do IBGE de 2019, o conjunto de municípios reúne cerca de 73 mil habitantes (ICMBIO, 2020b).

Figura 4 - Mapa do Polo Silva Jardim e Zoneamento

Fonte: Plano de Uso Público do Parque Nacional do Iguaçu (ICMBIO, 2020b)

A região tem paisagem predominantemente agrícola, com rara presença de fragmentos florestais, cabe destacar a presença da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Santa Maria, que protege 472 ha de florestas nativas em estágio sucessional avançado, assim como as nascentes dos rios São João, João Gualberto e Apepu, que escoam para a parte interna do PNI, e o corredor ecológico de Santa Maria que promove a conexão entre o Parque, a RPPN Santa Maria, e a Área de Preservação Permanente do reservatório da usina de Itaipu. Em termos socioculturais um dos aspectos relevantes do polo está relacionado à história da colonização do oeste paranaense (ICMBIO, 2020b).

Os acessos ao parque distam 8 km de Serranópolis, e 13 quilômetros de Santa Terezinha do Itaipu, e ocorrem ao longo da Estrada Velha de Guarapuava, e da Rota Beira Parque, trecho de 200 quilômetros que interliga Foz do Iguaçu à Cascavel, chamado Caminho do Iguaçu, onde há a presença de grupos organizados que desenvolvem práticas de cicloturismo, e moradores locais que utilizam para caminhada em ambientes que proporcionem o contato da natureza. Apesar de não apresentar histórico de desenvolvimento turístico, a região tem apresentado demandas para incentivar a visitação, especialmente colocado pelo público local. Nas zonas rurais dos municípios identificam-se propriedades

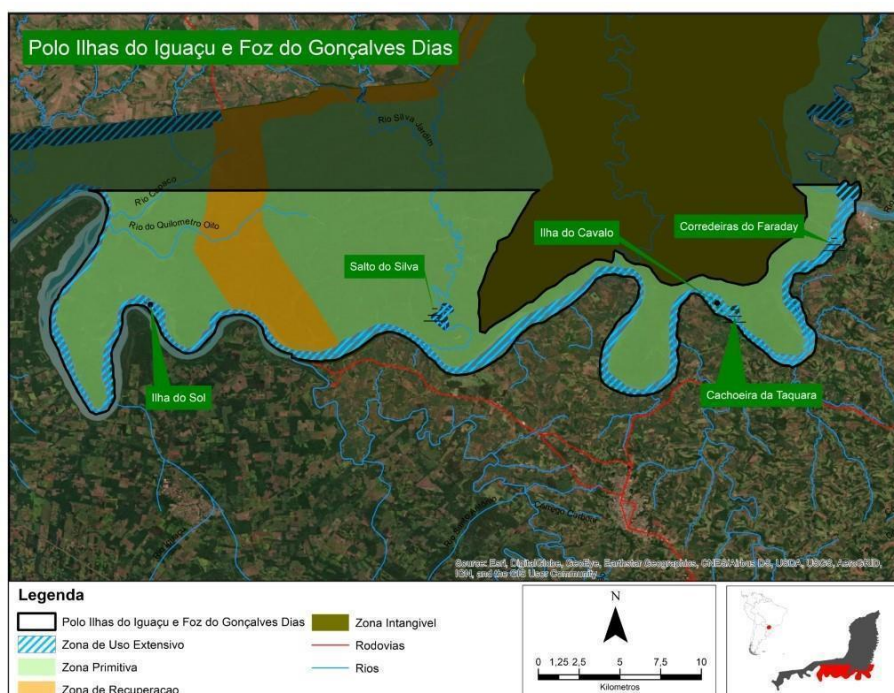
rurais que desenvolvem o turismo na região, assim como a possibilidade de operacionalização de atividades ainda não disponíveis no parque (ICMBIO, 2020b).

Os principais atrativos do polo Silva Jardim são a trilha da onça, com uma extensão de 11 quilômetros, utilizada para ciclismo e caminhada, possibilita o banho em duas cachoeiras que se situam em trilhas secundárias e a interação entre empreendimentos de propriedades locais facilmente pois percorre a beira do parque; trilha linha Martins que situa-se ao lado da comunidade quilombola Apepu; os rios Silva Jardim, Apepu e Índio e o ambiente florestal (ICMBIO, 2020b).

4.3 Polo Ilhas do Iguaçu e Foz do Gonçalves Dias

O Polo Ilhas do Iguaçu e Foz do Gonçalves Dias situa-se na parte centro sul do território, desde a foz do rio Gonçalves Dias, até a foz do rio Capaço, inclui também o leito do rio Silva Jardim, e seu limite é margeado pelo rio Iguaçu, onde faz fronteira com Capanema, Capitão Leônidas Marques, onde o reservatório da barragem da usina Baixo Iguaçu está localizado, e a Argentina (Figura 5). O seu principal acesso é feito a partir do rio Iguaçu, através de balneários e portos da região, por meio de embarcações cadastradas ou autorizadas, não há estradas em funcionamento nesta porção do parque (ICMBIO, 2020b).

Figura 5 - Mapa do Polo Ilhas do Iguaçu e Foz do Gonçalves Dias e Zoneamento



Fonte: Plano de Uso Público do Parque Nacional do Iguaçu (ICMBIO, 2020b)

A área possui potencial para ecoturismo, como a caminhada em trilhas que dão acesso a cachoeiras, turismo de aventura, especialmente nas corredeiras, e turismo náutico ao destacar os passeios embarcados ao longo dos rios da região e de diversos atrativos ainda não desenvolvidos. Ao longo de 2019, foram registradas mais de 4.500 visitas, e vem sendo intensificada com o s anos, especialmente de visitantes brasileiros (ICMBIO, 2020b).

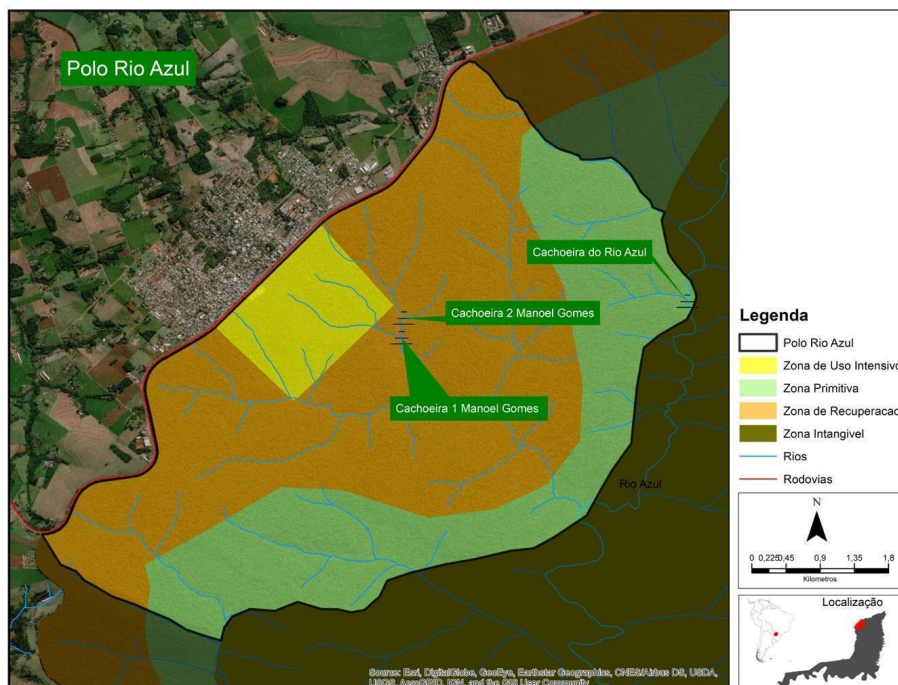
Os municípios do entorno encontram-se bastante antropizados, entretanto é possível identificar a possibilidade de desenvolver o turismo rural atrelado a agricultura familiar em alguns locais. No município de Capanema, às margens do rio, existem propriedades e diversos balneários que prestam serviços relacionados ao turismo e à recreação e que podem servir de apoio ao oferecer serviços às demandas dos visitantes. As estruturas de receptivo local necessitam de estruturação, há a predisposição do poder público para desenvolver o turismo, e também a possibilidade de desenvolvimento de atividades por meio da delegação de serviços. O potencial de apoio à economia local pode contribuir para o engajamento social, e consequente conservação do parque (ICMBIO, 2020b).

Os principais atrativos do polo são as trilhas do Salto Silva Jardim, está com aproximadamente 4 quilômetros, e a da Taquara, com aproximadamente 800 metros, ambas as trilhas são lineares e percorrem o caminho até uma cachoeira, nestas se utilizam alguns elementos construtivos e de sinalização, que utilizam materiais locais para sua estruturação (ICMBIO, 2020b).

4.4 Polo Rio Azul

O Polo Rio Azul localiza-se na parte mais ao norte do território, onde está inserida a Base Avançada de Céu Azul, na margem da BR 277, principal meio de acesso à área interna do Parque (Figura 6). Este trecho encontra-se com a Rota Beira Parque, com interface na zona rural do município, e continua seu caminho até Cascavel. A possibilidade da implementação da Rota Foz - Cascavel, e a proximidade com o município representa um potencial de ampliação do perfil do público e do número de visitas especialmente para atividades de recreação e lazer em contato com a natureza (ICMBIO, 2020b).

Figura 6 - Mapa do Polo Rio Azul e Zoneamento



Fonte: Plano de Uso Público do Parque Nacional do Iguaçu (ICMBIO, 2020b)

A base avançada possui um espaço para palestras e uma exposição de alguns objetos relacionados à caça para atividades de sensibilização. Em termos de atrativos, pode ser mencionado a área de recreação ao lado da base avançada com uma trilha de caminhada, academia ao ar livre e equipamentos para descanso, a Ecotrilha, a trilha Manoel Gomes e a cachoeira do Manoel Gomes, e a trilha do Rio Azul e a sua cachoeira (ICMBIO, 2020b).

A visitação do polo está condicionada em parte ao município de Céu Azul, visto que as atividades de lazer nas imediações da base configuram um importante meio de contato com a natureza e práticas esportivas, no segundo semestre de 2019 foram contabilizadas 10.500 visitas a esta área, entretanto a população local tende a não acessar as áreas mais internas do parque (ICMBIO, 2020b).

O polo possui experiência com a visitação de cunho educativo, estudantes de diferentes faixas etárias utilizam-se em especial da Ecotrilha, e da Trilha do Manoel Gomes. No segundo semestre de 2019 foram contabilizadas aproximadamente 1.500 visitas, e 170 visitas respectivamente para cada trilha (ICMBIO, 2020b).

Além disso, até pouco tempo, proporcionava a visitação guiada nas trilhas, para grupos pequenos e médios, por meio de agendamento prévio, entretanto, esta restrição foi

alterada pela equipe de uso público, oportunizando a abertura de atividades para novos perfis de usuários e experiências de visitação. Entretanto a rede de trilhas necessita de revisão de traçados, sinalização e recomposição de acessos (ICMBIO, 2020b).

5 DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DE USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

Como caracterizado pelo SNUC, a geração de renda pelo turismo depende de um trabalho intenso de planejamento e gestão por meio da participação direta de profissionais com características multidisciplinares envolvidos com o uso público para que se adote as melhores estratégias e práticas que estejam de acordo com os princípios da conservação. O gerenciamento dessas áreas naturais está sujeito a um plano que interrelacione o manejo, o zoneamento e o cálculo da capacidade de carga aliado à gestores capacitados e um plano participativo entre a comunidade usuária e seu entorno, entre outros fatores (NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.140).

A promoção de um modelo de gestão que adote estratégias e ações que visem minimizar os possíveis impactos da visitação é um dos aspectos essenciais para a realização do ecoturismo. A entidade necessita dispor de medidas planejadas, organizadas e gerenciadas que corroboram de forma sistêmica com a sustentabilidade de modo que promova a conservação, recuperação, preservação e manejo das áreas e recursos naturais e em sintonia com outras atividades no território (BRASIL, 2010).

A fim de consolidar o diagnóstico da gestão do uso público na unidade de conservação, foi realizado uma entrevista com o chefe de serviço da área temática de uso público e gestão socioambiental da unidade¹, como também realizado um estudo sobre os temas que entremeiam as questões colocadas na entrevista (Apêndice A).

5.1. Instrumentos de Gestão

De acordo com o Art.º6 da Portaria Nº 289 de 3 de maio de 2021, o planejamento de uso público, contemplado em programas, normas e ações do plano de manejo, assim como no plano de uso público e seus instrumentos de gestão, objetiva orientar a estruturação e gestão da visitação por meio da “identificação e manejo de atrativos, implementação de áreas de visitação com atividades e estruturas que propiciem diferentes experiências aos visitantes em consonância com o plano de manejo da unidade de conservação”, de modo que valorize a Unidade a fim de que cumpra seu propósito e objetivo de criação (BRASIL, 2021).

Nesse sentido, destaca-se o plano de manejo, documento que descreve a relevância, identifica o propósito, significância, seus recursos e valores fundamentais que servem como

¹ ENTREVISTADO. Entrevista com o Chefe de Serviço da Área Temática de Uso Público e Gestão Socioambiental cedida ao autor. Foz do Iguaçu/PR, 07 jul. 2022.

referência para as decisões de planejamento e manejo. Além de definir seu zoneamento e normas, o instrumento avalia as necessidades de planejamento e dados e identifica atos legais ou administrativos previamente existentes (ICMBIO, 2018).

O zoneamento consiste em dividir a área em zonas ou setores considerando seus aspectos ecológicos, físicos e de intenção de uso, para que assim os objetivos da unidade sejam alcançados, já que, deste modo, possibilita à cada área consolidar seus objetivos de manejos específicos de uso e ocupação, seus condicionantes ambientais, e assim colaborar com um desenvolvimento econômico e social de forma harmônica e eficaz de acordo com os princípios do plano de manejo. (BRASIL, 2000; NEIMAN, RABINOVICI, 2010).

No caso, especificamente, do Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, foi relatado que a unidade sente a necessidade de fazer ajustes no zoneamento e revisar as normas porque, segundo o entrevistado, “o zoneamento que foi feito na época não adotou a nomenclatura atual que o ICMBio adota depois de um amadurecimento a respeito das tipologias de zoneamento que nós tínhamos em diferentes unidades de conservação” (ENTREVISTADO, 2022).

Ao questionar o chefe de serviço da área temática de uso público e gestão socioambiental do Parque Nacional do Iguaçu, se o plano de manejo da unidade compreendia às necessidades sobre a tomada de decisões, o entrevistado (2022) relatou que,

Muito basicamente, não satisfatoriamente. Talvez essa seja a melhor estratégia. Porque os planos de manejo no formato antigo, eles buscavam ser muito detalhistas, eles eram muito densos, muito extensos, e traziam um extenso programa de ação, prevendo ações por uma temporalidade de pelo menos 5 anos. Não tinha nada escrito na pedra. Não está definido na legislação que tivesse que revisar o plano de manejo a cada 5 anos, mas era o recomendado. E a realidade muda, o que você projeta agora, planeja agora, você pode depois sentir a necessidade de inserir uma nova ação, modificar uma ação, uma ação deixa de ser necessária. E os planos de manejo engessaram esses planos de ação, e as análises feitas ali eram engessadas, congeladas, enquanto não houvesse uma revisão (ENTREVISTADO, 2022).

Desse modo, pode-se perceber que a partir da Instrução Normativa nº 07/2017, que estabelece diretrizes e procedimentos para a elaboração e revisão dos planos de manejo, a nova abordagem, apesar de consolidar um documento enxuto e básico, que acaba por não atender a todas as necessidades para a tomada de decisão, o modelo flexibiliza, dá celeridade, e eficácia a gestão ao modo que promove o desenvolvimento, à medida que for necessário, de planos específicos e instrumentos complementares, que definem as orientações técnicas ou normas de manejo para temas específicos como visitação, proteção, pesquisa (ICMBIO, 2020a; ENTREVISTADO, 2022).

O Plano de Uso Público objetiva estimular o uso público, orientar o manejo, aprimorar as experiências e diversificar as oportunidades de visitação. O documento tem como referência a significância e os recursos e valores fundamentais contidas no Plano de Manejo e objetiva abordar as questões apontadas no planejamento. Da mesma forma que o Plano de Manejo, considerando, especialmente, a variabilidade nas demandas de planejamento de uso público, o documento pressupõe a perspectiva de um portfólio de produtos de planejamento.

Os instrumentos de gestão que compõe o portfólio do planejamento de uso público foram definidos pelo Art.7º da Portaria nº289, de 3 de maio de 2021, e retratam os seguintes documentos: programa de interpretação ambiental; programa de monitoramento da visitação; protocolo operacional de visitação; protocolo de gestão de segurança; projeto de manejo de trilhas; projeto de sinalização; editais de credenciamento; contrato de concessão (BRASIL, 2021)

Para ilustrar a integração dos instrumentos de gestão no Parque Nacional do Iguaçu, foi questionado ao entrevistado a situação (Sem previsão; em desenvolvimento; Concluído) daqueles citados acima, presentes na Portaria nº289/2021. Segundo o entrevistado, todos os documentos estão em desenvolvimento ou no processo do planejamento da gestão, além destes outros 4 documentos foram identificados como relevante para gestão e atualmente encontram-se em desenvolvimento: o Plano Político Pedagógico mediado pela Educação Ambiental; o Plano de Pesquisa; o Plano de Envolvimento com o Entorno e; o Levantamento dos Valores Histórico-culturais (ENTREVISTADO, 2022).

5.2 Concessões e Gestão Participativa

Como visto, a motivação para o desenvolvimento de instrumentos de gestão de uso público nas unidades de conservação está associada à necessidade de ofertar serviços de apoio à visitação. O contrato de concessão, como um instrumento definido pela Portaria nº289/2021, trata da transferência de certos serviços a terceiros pelo Poder Público, o que tem sido defendido como uma forma de potencializar o aproveitamento dos recursos de forma sustentável, de modo que propiciem a participação de diversos atores públicos e privados, organizações da sociedade civil, associações e cooperativas de base comunitária, representando oportunidades para a realização de valores constitucionais fundamentais, como cidadania, participação, equidade (RODRIGUES, GODOY, 2013; BRUMATTI, ROZENDO, 2021).

Estes arranjos institucionais, considerados instrumentos de implementação de políticas públicas, se constituem pelo oferecimento de infraestrutura básica por parte do órgão público,

enquanto a iniciativa privada estaria condicionada à investir em ações de implementação e manutenção de estruturas, envolvendo a população do entorno nas atividades e fomentando a educação ambiental. O aumento do arrecadamento de recursos para unidade possibilitaria uma melhor qualidade ambiental, geração de renda e empregabilidade, e ao mesmo tempo, com a descentralização dos órgãos estatais da necessidade de prestação de serviços de apoio à visitação, nesse caso o órgão administrativo poderia canalizar esforços nas atividades de controle, gestão, planejamento, monitoramento, fiscalização etc. (RODRIGUES, GODOY, 2013; BRUMATTI, ROZENDO, 2021).

De acordo com o entrevistado (2022), os contratos de concessão configuram como um instrumento e mecanismos de participação social para a unidade, visto que, é necessário encarar as concessionárias como um parceiro, ou seja, para além de uma empresa terceirizada que presta serviços ao ICMBio, pois, é a partir dessa parceria que o planejamento, a estruturação e a execução dos serviços de visitação e turismo serão realizadas. Desse modo, o órgão gestor não deve conduzir a parceria de forma impositiva, mas deve possibilitar a participação do concessionário, de modo que este traga seus conhecimentos, experiências e propostas que possam ser de interesse mútuo. Entretanto, os atuais contratos de concessão não propiciam flexibilidade o suficiente para a proposição de ideias por parte da concessionária. O entrevistado também destacou que,

[...] é preciso que haja uma interlocução, um diálogo constante entre o ICMBio e a concessionária e com os atores locais, principalmente em âmbito local, nos municípios onde há o interesse maior em desenvolvimento das atividades de visitação. O novo contrato também cria mecanismos que possibilitarão uma maior participação de outras instituições, tanto na proposição [...], quanto na execução desses projetos, uma vez que [...] os recursos a serem investidos no parque podem ser investidos diretamente pela concessionária. Ele condiciona que esses projetos sejam apresentados e propostos à concessionária e o ICMBio, e podem ser apresentados por outras instituições, membros ou não do conselho, então a gente pode ter projetos de pesquisa, projetos de educação ambiental, projetos de qualificação profissional, projetos de fortalecimento da cadeia produtiva do entorno, projetos de fortalecimento de iniciativas ligadas ao turismo em outros municípios. [...]. Então, passa por uma avaliação da concessionária, passa por uma avaliação do conselho, e a gestão do ICMBio toma a decisão final, mas não pode se tomar a decisão sem escutar esses outros atores. E aí muitos atores estão presentes no conselho também. Eu acredito que com isso a gente potencialize a governança do território envolvendo outras instituições, outros atores sociais nas ações de conservação do Parque, de proteção ao parque. E aí não é só prerrogativa do ICMBio desenvolver ações pela conservação do parque, assim exclusivamente como obrigação do ICMBio resta o licenciamento e a fiscalização. As outras atividades poderão ser compartilhadas e desenvolvidas em conjunto com outras instituições. E o novo contrato de concessão possibilita o financiamento dessas ações. Além de outras fontes de financiamento e outras parcerias que são possíveis e a atual gestão do parque tem buscado muitas parcerias, [...] com outras instituições públicas e instituições privadas para fomentar principalmente a pesquisa, o manejo da

biodiversidade da fauna e da flora e a educação ambiental (ENTREVISTADO, 2022).

O Parque Nacional do Iguaçu, em diversos momentos, contou com a participação social para a elaboração de documentos, como o plano de manejo. Visto a importância da participação cidadã na gestão de áreas protegidas, as Unidades de Conservação devem dispor de pelo menos um espaço de governança que promova a participação social, o chamado conselho. A depender do estilo da gestão ou das motivações, e do amadurecimento e mobilização dos atores sociais, o conselho pode ter maior ou menor protagonismo. No caso do Parque Nacional do Iguaçu, seu conselho consultivo foi instituído em 2009, mas somente em 2014 passou a funcionar, e desde então está constituído com a mesma composição, o que representa uma defasagem, já que alguns atores não estão mais presentes e outros surgiram após a sua consolidação. Isso se dá por conta que o instrumento que o criou inflexibiliza as mudanças em relação à entrada e saída de instituições, e atualmente a direção do ICMBio não permitiu mudanças nessa composição (ENTREVISTADO, 2022).

O envolvimento comunitário constitui uma estratégia para a busca e prática da sustentabilidade ambiental, a prática visa alterar a ausência de participação, ou a participação passiva, ao adotar um modelo participativo, interativo e espontâneo de atores locais, de modo a incorporar a diversidade de práticas e discursos. A gestão participativa auxilia na conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, os processos participativos favorecem as comunidades tradicionais que vivem próximas às áreas protegidas, cria uma consciência de um dever ético acerca dos deveres para a conservação, assim como contribui para a continuidade de suas culturas e tradições a partir da aproximação do ser humano por meio do uso público ao envolvê-las com os ecossistemas, vínculos econômicos, sociais, espirituais, culturais e ecológicos (NEIMAN, RABINOVICI, 2010).

A fim de compreender a gestão participativa das comunidades locais, foi questionado ao entrevistado, sua avaliação a respeito do envolvimento das comunidades locais:

Nesse caso, sendo bem realista, eu avalio como baixa. [...] Como muito baixa, na verdade. Houve durante um tempo pelo que eu verifico nos relatórios, [...] uma ampliação dessa participação com o trabalho que foi desenvolvido a partir da Escola Parque. Eram realizadas ações de formações de professores em todos os municípios nas áreas de influência, além de envolvimento de comunidades escolares em atividades diversas, e outros grupos sociais que participavam dessas formações em educação ambiental. E no auge da realização dessas atividades, entre os anos 2010 e 2014, até 2017, essas ações de EA fortaleceram a participação das comunidades do entorno, inclusive do conselho. Mas a partir de 2017 com a descontinuidade do trabalho da Escola Parque pela saída de servidores e pela nova visão, [...] que

priorizou outras atividades. As comunidades, as representações comunitárias, e as associações comunitárias que participavam do conselho se afastaram [...] (ENTREVISTADO, 2022).

O entrevistado avalia que o afastamento da participação social pode ter diversos motivos a serem avaliados, primeiramente, a falta de representatividade nas pautas tratadas no conselho, colocando-se distantes em relação a percepção da comunidade e os possíveis impactos em sua realidade, em segundo lugar, a centralização tanto dos temas quanto das atividades presenciais em Foz do Iguaçu e sua visitação. Além disso, a parcial ausência de iniciativas da própria gestão nessas comunidades, não favorecia inclusão nas pautas, e quando havia, eram justamente queixas relação à falta de atenção da gestão (ENTREVISTADO, 2022).

As comunidades locais e do entorno encontram-se diante de conflitos que afastam a integridade e funcionamento do discurso ecológico em sua participação nas áreas protegidas, segundo Silva (1997 apud BRUHNS, 2009, p.27), a respeito do aspecto jurídico, a afirmação da natureza como um direito de todos, encontram-se na diferença dos vínculos que os turistas e as comunidades tradicionais possuem com os determinados lugares, onde passam a ter os mesmos direitos, e a respeito do aspecto econômico, a qual direciona a riqueza natural presente nas unidades de conservação como um valor intrínseco para os turistas, e não para as populações.

Para entender melhor a relação entre o entorno e o Parque Nacional do Iguaçu, foi questionado ao entrevistado quais as ações existentes que objetivam a integração desses sujeitos do entorno, em relação à essa questão, o entrevistado coloca que

Existem poucas ações de integração do restante do parque nacional. [...] numa perspectiva de menos de 5 anos, que eu considero recente. Por exemplo, o projeto Onças do Iguaçu mudou muito de viés porque antes o Onças do Iguaçu era focado em pesquisa científica, [...] com a mudança do projeto pró-carnívoros, para o projeto onças, ele criou um tripé de engajamento da sociedade, passou a fazer um trabalho de assistência aos produtores rurais do entorno, assistência no sentido de como lidar com a predação de onças, mas também um trabalho de promoção de alguns atrativos no entorno, alguns produtos locais que passaram a contar com o apoio do projeto onças para ganhar visibilidade (ENTREVISTADO, 2022).

A Trilha da Onça, em Serranópolis do Iguaçu, surgiu nesse contexto de incentivo à visibilidade do entorno, conectado à trilha, existem diversas propriedades rurais: O rancho jagaretê que vem desenvolvendo sua estrutura de apoio turístico oferecendo alimentação, espaço para eventos e hospedagem, a D'Mary Morangos que oferece serviços de alimentação

e produtos artesanais, vinícolas que oferecem vinhos coloniais, proprietários que trabalham com a venda de queijo e salame, todos esses passam a aumentar a produção a partir do momento que existe uma demanda local, o que acaba criando na população a sensação de envolvimento com o Parque (ENTREVISTADO, 2022)

Em relação à diretrizes internas do ICMBio de Foz do Iguaçu é possível identificar no Planejamento Estratégico do Parque, como um dos principais objetivos, que a população do entorno se reconheça como beneficiária do Parque, e como uma ação estruturante e processo interno, buscar formas de gestão ter maior capilaridade no entorno (ENTREVISTADO, 2022).

5.3 Diversificação das Oportunidades de Visitação

A cadeia de valor integrada ao Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas coloca a ampliação e estruturação do uso público como um importante macroprocesso em unidades de conservação, desse modo, espera-se como resultado a geração de emprego e renda no entorno de seus territórios, assim como a proteção ambiental e a conservação da biodiversidade (MELO, CREMA, 2022).

O Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC) é uma ferramenta elaborada pelo ICMBio que orienta o processo de planejamento de uso público de uma unidade de conservação. Cabe ao gestor manejar quais atividades podem ser realizadas em quais ambientes a partir do inventário de atrativos existentes ou potenciais, e assim incentivar a diversificação das oportunidades de modo que os visitantes alcancem as experiências almejadas e garanta o máximo de benefícios possíveis (ICMBIO, 2020c).

No caso do rol de oportunidades de visitação oferecidos pelo Parque Nacional do Iguaçu, será utilizado das informações do capítulo anterior para compor a tabela de atrativos (Tabela 2) e suas respectivas classes de acordo com a matriz ROVUC, a fim de se obter uma quantificação das atividades em operação no território, para que assim possa ser feito a análise da conjuntura atual.

Tabela 2 - Atrativos e Classe Rovuc por Polo de Uso Público

Polo	Classe ROVUC	Atrativos
Cataratas	Natural	- Trilha da Escola Parque; - Trilha da Canafistula - Trilha das Bananeiras - Trilha do Poço Preto
	Seminatural	- Complexo das Cataratas - Complexo do Macuco - Complexo Arquitetônico - Passeio de Helicóptero
Ilhas do Iguaçu e Foz do Gonçalves Dias	Pristina	- Trilha do Salto Silva Jardim - Trilha da Taquara
	Natural	- Rio Iguaçu (Passeio embarcado)
Silva Jardim	Natural	- Trilha Linha Martins - Trilha da Onça
Rio Azul	Pristina	- Trilha do Manoel Gomes
	Natural	- Ecotrilha
	Semi-natural	- Trilha da Caminhada

Fonte: Adaptado pelo Autor (ICMBIO, 2020b)

Nesta perspectiva, o entrevistado analisa a Diversificação das Oportunidades de Visitação no Polo Cataratas como

[...] bem restritas, é restrita principalmente a visitação às cataratas, que é uma visitação de contemplação, algo como uma vitrine, que você vai lá observar, fotografia e vai embora. Fora esse contato, esse momento de contato com as cataratas, não são ofertadas, não são divulgadas outras experiências de interação, de interação com o ambiente, de contato com a natureza, de atividades de recreação, de atividades esportivas. As que são ofertadas, são serviços extras, que tem que ser pago a parte, e que não é acessível à uma boa parte, à uma grande parcela dos visitantes ao parque, porque o valor é alto [...] o que nós temos hoje é a visitação nas trilhas que são pouco divulgadas, nem todo mundo sabe que pode circular nas trilhas, há um certo receio por não ter infraestrutura, monitoria nessas áreas que possa dar suporte ao visitante. Há um receio de deixar o visitante livre pra circular nas áreas, então a gente tem áreas muito restritas de trilhas pra caminhada (ENTREVISTADO, 2022).

Em relação às oportunidades de visitação no entorno, o entrevistado avalia que há poucas trilhas e atrativos em relação à área que o Parque Nacional do Iguaçu abrange. Neste sentido, é necessário citar que há poucas oportunidades nos outros pólos de uso público da unidade, e estas não são valorizadas em termo de gestão e visitação quanto o pólo cataratas, entretanto, foi observado que está em desenvolvimento um planejamento de um sistema de trilhas que visa enriquecer a visitação do entorno, de modo que embarque com a nova concessão em um novo modelo de visitação na unidade (ENTREVISTADO, 2022).

5.4 Fluxo de Visitação

Um ponto fundamental para garantir a sustentabilidade e a conservação ambiental é a respeito do controle do fluxo de visitantes, que está relacionado à capacidade de carga, ou seja, a quantidade de visitantes que os ambientes suportam sem que sofram alterações ambientais significativas, e de modo que assegurem qualidade a visitação turística. São diversas as metodologias para definir a capacidade de carga ideal, entretanto deve ser levado em consideração as discrepâncias existentes entre as diferentes realidades de Unidades de Conservação, considerando as condições econômicas, ecossistêmicas, características dos visitantes e objetivo da área a fim de obter o sucesso na aplicação das técnicas. Também é necessário atenção à escala dos empreendimentos e o porte dos equipamentos turísticos que são indispensáveis ao desenvolvimento do turismo no local como hospedagem, alimentação, transporte etc. (BRASIL, 2010; NEIMAN, RABINOVICI, 2010, p.140).

O manejo e a resolução de conflitos ambientais dependem da aplicação das ferramentas para avaliar os impactos oriundos das atividades desenvolvidas nessas áreas. Com este propósito, o ICMBio desenvolveu o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação, e a fim de controlar a quantidade de pessoas que visitam determinado atrativo, foi desenvolvido técnicas para calcular o Número Balizador da Visitação, o calculo está pautado na análise e mensuração de fatores limitantes relacionados à qualidade da experiencia e condições físicas de determinados locais de uso público (ICMBIO, 2011; NOGUEIRA et al., 2020).

Neste sentido, uma das estratégias necessárias para contribuir com a analise do impacto da visitação é o monitoramento do número de visitantes, referente ao Parque Nacional do Iguaçu, o entrevistado coloca que,

Nós realizamos o monitoramento do número de visitantes no Polo Cataratas, aqui a gente tem mecanismos já estabelecidos para isso, já tem formas de aferição quanto ao número de visitantes. Em Céu Azul, como a visitação é restrita e agendada na

base, e até pouco tempo só era feita por escolas, a gente tem também monitoramento do número de visitantes. E em Capanema com muita dificuldade porque depende da empresa informar, e como há o uso do rio livre para a população, a gente não consegue monitorar quantas pessoas utilizam o rio Iguaçu, então o monitoramento em Capanema é deficiente, a gente não tem os dados adequados, corretos, só tem aquilo que é atendido pela empresa. [...] no Polo Silva Jardim, a gente não conseguiu estabelecer uma metodologia de aferição de contagem do número de visitantes (ENTREVISTADO, 2022).

Os dados obtidos pelo monitoramento, ao menos no Polo Cataratas, auxiliaram na construção do planejamento do novo contrato de concessão a respeito das projeções de aumento do fluxo de visitantes. É possível aferir que as infraestruturas atuais necessitam de alterações e melhorias, principalmente com relação a passarela das cataratas, onde há a concentração da visitação devido ao sistema de transporte que direciona todos os visitantes àquele local. A criação de oportunidades de visitação em outras áreas, o estabelecimento do Número Balizador da Visitação por local, além de controlar o fluxo e a circulação de pessoas, e incrementar a capacidade desses locais auxiliaria na qualidade da experiência, já que na alta temporada, existe uma alta concentração no local, e até filas são formadas para disputar uma fotografia. O entrevistado acredita que “a experiência de infraestrutura fica mascarada pelo deslumbre da paisagem”, e que se retirássemos as avaliações turísticas não seriam tão positivas caso direcionassem o questionário para os serviços e infraestrutura (ENTREVISTADO, 2022)

5.5 Interpretação Ambiental

A interpretação ambiental atua como mais um componente essencial da atividade do turismo ecológico, esta prática é utilizada para sensibilizar e conscientizar o turista sobre a significação de determinado recurso turístico, seja cultural, natural ou a junção de ambos a partir da interação entre o ser humano e a natureza. O propósito reside na intenção de fortalecer a percepção do turista sobre as questões ambientais e levá-lo a refletir acerca das sensações e compreensões que obterá por meio da experiência e de estratégias que tornem a comunicação efetiva ao despertar a atenção e interesse a fim de tornar a experiência mais significativas, aprazíveis e ricas (BRASIL, 2010; NEIMAN, RABINOVICI, 2010).

A interpretação ambiental pode ser descrita como uma forma criativa de comunicação utilizando de todos os sentidos sensoriais do ser humano para traduzir as informações que se tenha sobre o local ou assunto específico a fim de facilitar a relação homem-meio ambiente. São diversas as formas de aplicação desse instrumento, os métodos interpretativos podem ser divididos entre aqueles que exigem a participação direta de um intérprete, ou que não exigem

nenhum. No caso que exige um guia ou intérprete, denomina-se de métodos personalizados (ou interpretação pessoal), e é composto pelas seguintes técnicas: caminhada conduzida, interpretação ambulante, excursão, trilha interpretativa, e palestra. Por fim, as técnicas que não necessitam de ninguém, utilizam-se de diversos materiais interpretativos, são estes: painéis e letreiros, exibições e displays, material gráfico, entre outros (SERRANO, 2000).

Sobre a existência de ações de métodos de interpretação ambiental, o entrevistado destaca que,

A Interpretação Ambiental no Parque Nacional do Iguaçu é praticamente inexistente, pelo menos [...] enquanto ação estruturante da gestão. [...] existe interpretação ambiental que é feita por condutores de visitantes que tem especialidade na observação de aves, [...] eu já presenciei alguns guias de turismo com especialidade na observação de aves irem muito além de uma informação técnica ou científica, mas trazer associada a avifauna, [...] histórias, lendas, conhecimento popular, trazer a própria sensibilidade da questão do escutar, de diferenciar os sons, então, noto que alguns condutores de visitantes desenvolvem essa interpretação ambiental não porque foram capacitados ou treinados para isso pelo Parque Nacional do Iguaçu mas porque eles buscaram esse aperfeiçoamento, já faz parte do estilo deles de visitantes, mas não são todos. A interpretação ambiental ou interpretar um recurso, interpretar um patrimônio, algumas pessoas desenvolvem ao longo da vida uma capacidade fenomenal de fazer isso, é como que uma arte. mas isso pode ser desenvolvido, e pode ser melhorado com aqueles atores que não tem essa sensibilidade para ter uma boa comunicação, ou usar de boas técnicas para envolver o visitante e possibilitar que o visitante compreenda e se sensibilize com o ambiente e os recursos ali existentes (ENTREVISTADO, 2022).

Ainda sobre a Interpretação Ambiental no Parque Nacional do Iguaçu, os monitores do complexo turístico Macuco Safari também são incentivados a trabalhar com este elemento durante o passeio, além deste, existe o espaço de memória, mas este atrativo possui um viés mais ligado à expografia museológica. A Interpretação Ambiental não está presente na sinalização do Parque, e buscando atender as defasagens existentes, o Programa de Interpretação Ambiental está sendo elaborado para orientar os meios interpretativos e ações de acordo com os princípios, diretrizes e temáticas estabelecidos no documento a fim contribuir para consolidar diversos meios não pessoais e para trabalhar os meios pessoais (ENTREVISTADO, 2022).

5.6 Educação Ambiental

A educação ambiental é processo educativo que se distingue das práticas escolares formais ao modo que oferece um campo de aprendizado em contato com a natureza e pretende romper com os condicionamentos sociais inscritos nos hábitos construídos no espaço urbano. É um processo continuado e permanente, pode ser entendido como o meio pelo qual o

indivíduo e a coletividade adquirem os valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à conservação do meio ambiente, respeito a todas as formas de vida, a fim de compreender a relação de interdependência e diversidade ao estimular uma responsabilidade ambientalista (BRASIL, 2010).

A educação ambiental está respaldada na busca por um pensamento responsável que visa à consciência ambiental. A sensibilização pode ser o primeiro passo para a mudança de percepção, pensamentos, e atitudes a respeito da relação entre os impactos causado pelos seres humanos e pelo modelo econômico, o contato com o meio oferece uma oportunidade para refletir e assimilar o ritmo e essência da natureza a partir de emoções, mistérios, diferenças e sentimentos que foram esquecidos com o desenvolvimento da sociedade e na presença de ambientes urbanos. Desse modo, o ecoturismo aliado a educação ambiental, e sua utilização em unidades de conservação, é uma ferramenta essencial para atingir a sustentabilidade, e deve estar embasado em uma postura participativa de integração e envolvimento afetivo de modo a inter relacionar os processos de aprendizagem, sensibilização, questionamento e a conscientização por meio de diversos métodos, ações e projetos que objetivem tanto os turistas quanto os sujeitos do entorno (NEIMAN, RABINOVICI, 2010).

Neste sentido, a unidade tem desenvolvido o Plano Político Pedagógico Mediado pela Educação Ambiental, um planejamento de médio-longo prazo que vislumbra uma leitura da realidade do território, um diagnóstico dos principais problemas, conflitos, e potencialidades, a fim de sistematizar parcerias que servirão para a alocação de recursos e o desenvolvimento de ações identificadas como necessárias relacionadas à Educação Ambiental (ENTREVISTADO, 2022).

Ao questionar sobre as iniciativas de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Parque Nacional do Iguaçu, o entrevistado coloca que,

Por enquanto, a gente realiza algumas ações pontuais de educação ambiental, que vão estar presentes desde as capacitações, formações, que são feitas, anualmente, com guias de turismo e professores, principalmente professores aqui da rede pública de Foz do Iguaçu, e também temos uma ação de capacitação com professores de Toledo, veja que é um município que é fora da área de influência do parque mas a gente colabora com a secretaria de educação de Toledo porque o município procurou o parque, [...] assim como fazemos aqui em Foz em parceria com uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), a Fundação Pólo Iguaçu, que atua no fomento do turismo aqui na trílice fronteira. Então temos ações de capacitação de guias de turismo também, só que algumas dessas coisas foram interrompidas durante a pandemia, ou prejudicadas, então, esse ano nós colaboramos com a capacitação de cerca de 2.000 profissionais da área de turismo, mas foi uma capacitação online. [...], e esse ano também realizamos uma formação voltada pra 70 professores aqui em Foz. Mas como você pode ver, estão muito restritas ainda, e nesse contexto de pandemia e atividades online, acredito que foram prejudicadas

porque algumas, e principalmente, se tratando de Parque Nacional, a experiência de estar no Parque e ter contato com o Parque conta muito nesse processo de formação. Não descartando a possibilidade das atividades virtuais, mas acredito que elas têm que ser híbridas em grande parte (ENTREVISTADO, 2022).

E com relação à transversalidade das ações de Educação Ambiental,

Aí tem outras ações como o atendimento de escolas que tem relação com a Educação Ambiental, porque a educação ambiental é transversal, então ela está presente em diferentes processos. Então a medida que a gente está desenvolvendo oficinas, por exemplo, do planejamento da pesquisa, estruturação do centro de estudos, oficinas de elaboração do Programa de Interpretação Ambiental, todas essas ações que envolvem formação, que envolvem processos pedagógicos, eu acredito que a Educação Ambiental está presente em tudo isso porque a gente está discutindo qualidade da gestão desse território, a gente está discutindo a qualidade de vida dos atores que interagem com esse território, então a educação ambiental está presente em todos esses processos, mas a gente precisa estruturar isso melhor, entender onde está presente a educação ambiental, e quais processos de educação ambiental podem contribuir para melhorar, resolver ou potencializar quando for algo bom. Então acho que esse momento é mais de reflexão e planejamento em relação a Educação Ambiental mesmo (ENTREVISTADO, 2022).

Por fim, foi questionado sobre a percepção do entrevistado a respeito da relação entre a visão dos turistas/visitantes e a paisagem natural e cultural do Parque Nacional do Iguaçu, destacou-se na pergunta se, em sua opinião, esta relação era conflituosa, de coexistência ou de simbiose. Neste sentido, o entrevistado argumenta que,

Em um retrato atual, eu não percebo no processo de visitação que o nosso visitante, o turista, tenha essa percepção da dimensão cultural do Parque Nacional do Iguaçu, os ativos, os valores culturais [...]. Acredito que alguns consigam ter essa percepção talvez por ter interesse em algumas áreas do parque como o próprio espaço de memória das cataratas, talvez no uso do aplicativo BoRa perceber alguma coisa, talvez passando pela Escola Parque, observando o mural do Miguel (inaudível) que possa perceber algum elemento cultural, de paisagem cultural. [...] a gente não tem nenhum monitoramento, nenhum estudo sobre isso. Mas a minha percepção é [...] a maioria absoluta vem motivada pelas cataratas, [...] e sai apenas com essa experiência de conexão com o espetáculo da natureza, o espetáculo geológico, o espetáculo de águas daquele conjunto de paisagem natural, [...] em sua grande maioria, não saem sequer com a compreensão de unidade de conservação e parque nacional, ele sai com a experiência específica de contato com as Cataratas do Iguaçu. Então, ele não sai sensibilizado com conhecimento, com experiência de sentir o parque nacional do Iguaçu, e muito menos os valores culturais em que estão ali intrínsecos em todo esse território (ENTREVISTADO, 2022)

Todavia, o entrevistado ainda percebe que o todo o território do Parque Nacional do Iguaçu por se tratar de uma exposição em céu aberto, que possui elementos em seu subsolo, nas suas rochas e construções, possui grande potencial para promover uma visitação harmoniosa e sem conflitos, de modo que gere uma simbiose entre o visitante e o Parque (ENTREVISTADO, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consumação do ecoturismo, como uma atividade que adota os princípios da sustentabilidade, promove o desenvolvimento regional, a sensibilização dos sujeitos, a conservação ambiente natural e cultural, depende de diversos fatores (sociais, políticos e econômicos) que compõe o cenário o qual uma unidade de conservação está inserida.

A gestão dessas áreas protegidas possui a responsabilidade de administrar os seus recursos ambientais e compatibilizar com o uso projetado em determinada área. Neste sentido, é necessário otimizar o modelo de gestão de uso público, para que as ações realizadas pela unidade de conservação compreendam às necessidades que levem a efetividade em relação aos seus objetivos de conservação da natureza e provimento de um serviço para a sociedade.

Diante dos temas tratados no decorrer do trabalho, pode-se perceber que a gestão de uso público em unidades de conservação apresentam um ambiente complexo, que abrange as contradições presentes na realização da atividade ecoturística em áreas que visam a conservação dos recursos naturais e culturais, especialmente, em relação às dimensões do Parque Nacional do Iguaçu, uma das UCs com maior número de visitação no país, e que possui uma ampla diversidade de atores e interesses envolvidos em seu território.

Com base na necessidade de expandir os conhecimentos da gestão de uso público no Parque Nacional do Iguaçu, a entrevista realizada com o chefe de serviço da área temática de uso público e gestão socioambiental possibilitou uma compreensão acerca do cenário da unidade de conservação e sua relação com a realização de seus objetivos

O planejamento do uso público no Parque Nacional do Iguaçu está contemplado pelo plano de manejo e plano de uso público da unidade, além destes, diversos outros documentos que compõe os portfólios específicos de cada plano estão em desenvolvimento, o que demonstra uma potencialidade para orientar e embasar as futuras ações da gestão a fim de consolidar de maneira mais efetiva a estruturação e execução da visitação, por exemplo.

As concessões que estão em execução na unidade são incapazes de atender às necessidades apresentadas pela gestão por conta de estarem obsoletos. Entretanto, o novo contrato construído pelo ICMBio oferece mecanismos que possibilitarão maior participação social, seja a partir do fomento de parcerias com outras governanças para proposição projetos, quanto na execução dos mesmos, uma vez que os recursos podem ser investidos diretamente pela concessionária.

A gestão participativa no Parque Nacional do Iguaçu conta com a participação de um conselho consultivo que se encontra com sua composição defasada por conta da

inflexibilidade do instrumento que o criou. Neste sentido, possível descrever o envolvimento comunitário em níveis baixos de participação, tanto pela falta de ações da gestão que contribuam com seu sentimento de pertencimento, quanto pela ausência de representatividade nas pautas do conselho. Apesar disso, algumas ações realizadas pelo Projeto Onças visam fortalecer o engajamento da sociedade com um trabalho assistencial a favor dos produtores rurais e moradores do entorno sobre a relação com a fauna e práticas de empreendedorismo. Além disso, é possível identificar que objetivos e estratégias presentes no planejamento estratégico do parque visam alterar essa relação a partir de buscar formas de gestão que possibilitem maior capilaridade no entorno, de modo que a população se reconheça como beneficiária da unidade.

A respeito da diversificação de oportunidades de visitação e sua espacialização no território, é possível identificar como baixa e restrita em maior parte no polo cataratas, além de se caracterizar como inacessível a maior parte da população devido ao alto valor das atividades. As atividades nos outros polos são incipientes e dependem de ações de incentivo para sua estruturação. Entretanto é possível identificar um potencial de desenvolvimento que estará condicionado às ações da nova concessão e de promoção por parte da gestão.

A alta demanda no polo cataratas ocasiona na perda de qualidade de experiência de visitação já que as estruturas não comportam a quantidade de visitantes, especialmente em dias de pico, o que é incompatível com o modelo de turismo que deveria ser promovido por um parque nacional. Além disso, a ausência da definição de um número balizador de visitantes e o sistema de transporte atual contribui para a desorganização do modelo de visitação atual. A unidade promove a contabilização de visitantes ao menos no polo cataratas, sendo que nos outros polos não há controle de acesso às áreas do parque, ou há um método de aferição desenvolvido por atores secundários, o que inviabiliza a precisão das ações de gestão.

As ações de interpretação ambiental no Parque Nacional do Iguaçu são praticamente inexistentes, não está presente na sinalização e nem em outros materiais não pessoais. As ações de interpretação pessoal existentes são promovidas por condutores de observação de aves, ou monitores do Macuco Safari, bem como por voluntários do acompanhamento de instituições de ensino pelo projeto Escola Parque. A gestão da unidade está desenvolvendo o programa de interpretação ambiental que visa corresponder à essa defasagem, o qual será responsável por gerar diversos projetos interpretativos.

A educação ambiental realizada pela unidade está disposta em ações de capacitação de professores, profissionais da área do turismo e no atendimento de escolas pela Escola Parque. Além disso, é possível identificar nas atividades estruturantes da gestão, como oficinas para a

elaboração de programas ou planos, um processo pedagógico que desenvolve a consciência dos atores envolvidos.

A percepção dos visitantes se caracteriza muito mais como contemplativa, visto que, as dimensões culturais e naturais oferecidas pelo Parque Nacional do Iguaçu, não compreendem ao necessário para que gere o sentimento de pertencimento ou de sensibilização a respeito da unidade de conservação.

Neste sentido, é possível aferir que a gestão de uso público no Parque Nacional do Iguaçu possui grandes desafios a serem enfrentados, é necessário um olhar a respeito da função social que a unidade está oferecendo, das ações que estão sendo desenvolvidas, e da efetividade do modelo de visitação atual para o cumprimento de seus objetivos de criação.

O Parque Nacional do Iguaçu, possui para além de seu renome, a responsabilidade de oferecer ao visitante uma experiência adequada e qualificada para a consumação da criação de uma consciência ambientalista. Entretanto, o que foi observado, demonstra um modelo de manejo da visitação irresponsável, a experiência da visitação se traduz em uma atividade massificada, ao passo que o turista não troca o conhecimento com o meio do qual se utiliza, o que acarreta sua desvalorização, especialmente quando nos referimos ao sentimento da população local e sua relação com ao propósito da UC.

Por fim, conforme os preceitos teóricos apresentados e o relato coletado, é necessário que se faça um resgate acerca dos valores culturais e naturais que a unidade de conservação pode oferecer, e a partir de uma gestão participativa e responsável, que gere o desenvolvimento regional, utilize da atividade turística, baseada nos conceitos ecológicos, para promover de forma harmoniosa a relação entre as estruturas e sujeitos envolvidos, de modo que possibilite a inspiração ambientalista aos valores dos visitantes visando o fortalecimento da UC e a conservação da natureza.

7 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União: Brasília**, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.
- _____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Série Áreas Protegidas. 3.ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.70p.
- _____. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e dá outras providências. **Diário Oficial da União: Brasília**, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/L Lei/L11516.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.
- _____. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. 2.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-289-de-3-de-maio-de-2021-319593068>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. ICMBio. Portaria nº 289, de 03 de maio de 2021. Dispõe sobre as normas gerais para o planejamento e a implementação do uso público nas unidades de conservação federais. **Diário Oficial da União: Brasília**, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-289-de-3-de-maio-de-2021-319593068>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- BRUHNS, H. T. A. Busca pela Natureza: Turismo e Aventura. **São Paulo: Editora Manole**, 2009. 9788520443415. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520443415/>. Acesso em: 31 mai. 2022.
- BRUMATTI, P. N. M.; ROZENDO, C. Parques Nacionais, turismo e governança: Reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, 2021.
- GORINI, A. P. F.; MENDES, E. F.; CARVALHO, D. M. P. Concessão de serviços e atrativos turísticos em áreas naturais protegidas: o caso do Parque Nacional do Iguaçu. Revista BNDES, **Rio de Janeiro: BNDES**, Setorial 24, p. 171-209, 2006. Disponível em: <http://www.bndespar.gov.br/conhecimento/bnset/set2406.pdf>
- HINTZE, H. C. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo? **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 2, n. 1, 2009.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. Ministério do Meio Ambiente. **Orientações Metodológicas para Elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação**. Brasília: ICMBio, 2020a. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/edital/fundamentos_do_planejamento_de_trilhas.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.
- _____. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília: ICMBio, 2018. Disponível em:

https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-iguacu/arquivos/plano_de_manejo_do_parna_do_iguacu_fevereiro_2018.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Uso Público do Parque Nacional de Foz do Iguaçu**. Brasília: ICMBio, 2020b. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/edital/fundamentos_do_planejamento_de_trilhas.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação**: com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ICMBIO. 2011. 88p. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **ROVUC**: Rol de oportunidades de visitação em unidades de conservação. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ICMBIO. 2020c. Organizadores: Allan Crema e Paulo Eduardo Pereira Faria. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/edital/rovuc_rol_de_oportunidades_de_visitacao_em_unidades_de_conservacao.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de conservação federais atingem novo recorde de visitação em 2021**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/unidades-de-conservacao-federais-atingem-novo-recorde-de-visitacao-em-2021>. Acesso em: 08 jul. 2022.

IRVING, M. A.; LIMA, M. A. G.; NASRI, Y. X. G. Turismo e áreas protegidas: tendências globais e desafios para a integração de políticas públicas. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 54, 2022.

IRVING, M. et al (Orgs.). Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. **Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa**, 2016. Disponível em: http://www.each.usp.br/turismo/livros/turismo_natureza_e_cultura.pdf.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 2.ed. **São Paulo: Atlas**, 1986.

LEUNG, Y. et al (Eds.). **Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas**: Diretrizes para sustentabilidade. 27. ed. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas, Gland, Suíça: UICN. 2019. 120 p. Tradução realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2018.PAG.27.pt>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MELO, D. B.; CREMA, A.. Planejamento do Uso Público no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: Aplicação das Metodologias IAT e ROVUC. **Biodiversidade Brasileira-BioBrasil**, n. 3, p. 94-110, 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, **Rio de Janeiro: Vozes**, 1994.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A.. Turismo e Meio Ambiente no Brasil. **São Paulo: Editora**

Manole, 2010. Acesso em: 30 mai. 2022.

NOGUEIRA, B. et al. Diagnóstico da Gestão do Uso Público no Parque Estadual do Guartelá, Paraná. **Biodiversidade Brasileira-BioBrasil**, n. 3, p. 99-109, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 02 jul. 2022.

QUEIROZ, E. D.; VALLEJO, L. R. Uso Público em Unidades de Conservação: entre o ideal e o real. In: **Anais uso Público em Unidades de Conservação**, v. 5, p. 1-14, 2017.

RODRIGUES, C. G. D. O.; GODOY, L. R. C. Atuação pública e privada na gestão de unidades de conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, 2013.

ENTREVISTADO. **Entrevista com o Chefe de Serviço da Área Temática de Uso Público e Gestão socioambiental cedida ao autor**. Foz do Iguaçu/PR, 07 jul. 2022.

SERRANO, C. (Org.). A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental. **São Paulo: Chronos**, 2000.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo: Impactos, Potencialidades e Possibilidades**. São Paulo: Editora Manole, 2014. 9788520446515. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520446515/>. Acesso em: 31 mai. 2022.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO CHEFE DE SERVIÇO DE USO
PÚBLICO NA UC - ICMBio**

Perfil

1. Entrevistado _____ 3. Formação Acadêmica: _____
2. Função/Cargo: _____ 4. Tempo de serviço: _____

1. Qual o modelo de governança e gestão do ICMBio?
2. Como você avalia a gestão participativa com as comunidades locais? Quais as ações de integração com os sujeitos do entorno?
3. O Plano de Manejo, assim como o zoneamento, compreende às necessidades para orientar as tomadas de decisão?
4. Como você define a Diversificação das Oportunidades de Visitação oferecidas pelo PNI? E a respeito da sua espacialização no território, as atividades estão bem distribuídas?
5. Existem ações para o controle do fluxo de visitação na gestão? As estruturas de apoio à visitação compreendem as necessidades atuais?
6. Quais as iniciativas de Educação Ambiental desenvolvidas pelo PNI?
7. Como você avalia a experiência de Interpretação Ambiental oferecida no PNI?
8. Qual é o cenário atual de integração dos instrumentos de gestão?

Instrumentos	Sem previsão	Em Desenvolvimento	Concluído
I - Programa de interpretação ambiental			
II - Programa de monitoramento da visitação			
IV - Protocolo operacional de visitação (PROV)			
V - Protocolo de gestão de segurança (PGS)			
VI - Projeto de manejo de trilhas			
VII - Projeto de sinalização			
XII - Editais de credenciamento:			
XV - Contrato de concessão			
Outros:		L	

9. Como você percebe a relação entre visão dos turistas/visitantes sobre a paisagem natural e cultural do PNI? (conflituosa, de coexistência ou de simbiose, explique:)
10. Como você vê o futuro da visitação?